



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 63

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE MAIO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinho Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Aduz, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 019/98

Curitiba, 04 de maio de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no valor de R\$6.010.000,00 (seis milhões e dez mil reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, para atender o disposto na Lei nº 11.255, de 21.12.95, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre os anos de 1961 a 1979 e que ficaram sob a guarda do Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão e da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$6.010.000,00 (seis milhões e dez mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - De acordo com o artigo 6º da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, após a publicação desta lei, o Poder Executivo expedirá o Decreto de reconhecimento de obrigação de indenizar, fazendo-se o respectivo pagamento 30 dias após sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO	ANEXO I	FL. 01
DE DESPESA	ANEXO	R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LD R	VALOR	N.DO PROC. COP
1100	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
1101	GABINETE DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL					
2005	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA SUBCHEFIA DE ASSUNTOS ESPECIAIS	3390.93	00	L	6.010.000	0681

TOTAL	6.010.000
-------	-----------

CANCELAMENTO DE DESPESA	ANEXO II	FL. 01
	ANEXO	R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LD R	VALOR	N.DO PROC. COP
1100	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
1101	GABINETE DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL					
2005	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA SUBCHEFIA DE ASSUNTOS ESPECIAIS	4790.42	07	L	1.000.000	0680
2500	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPL					
2501	PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS, REGIONAIS E MULTISETORIAIS					

2040	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CARACTER ESPECIAL	4419.92	00	L	5.010.000	0681
------	---	---------	----	---	-----------	------

TOTAL	6.010.000
-------	-----------

ACRESCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
--------------------------------	-----------------	-----------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC.
1113.02.00	IMPOSTO S/OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRC.MERC. E S/PRESTAÇÃO E SERV. DE TRANSP. INTEREST. E INTERMUN. E DE COMUNICAÇÃO	00	1.000.000	0680

TOTAL	1.000.000
-------	-----------

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
------------------------------	----------------	-----------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC.
2462.01.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS COM ORGÃOS FEDERAIS	07	1.000.000	0680

TOTAL	1.000.000
-------	-----------

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/98

Curitiba, 11 de maio de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná FUNDEPAR, ceder à Escola da Colônia Holandesa - ensino de 1º grau reconhecida pela Resolução nº 2.436/89, de 04.09.89, da Secretaria de Estado da Educação, mantida pela Igreja Evangélica Reformada de Arapoti e declarada de utilidade pública por Decreto Municipal nº 781/97, o imóvel constituído pelo lote de terreno situado no quadro urbano

do Município de Arapoti, denominado área nº 2 (dois), do Bairro Colônia Holandesa, com área total de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), localizado no lado esquerdo da estrada colonial, a 1 (um) km da sede do referido município, havido pelo Estado conforme o que consta da Escritura Pública de Doação, lavrada em 26.07.77, às fls. 104v/105, do livro 46, do Tabelionato de Arapoti.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa Casa de Leis consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois a pretendida cessão ensejará condições no sentido de que, no imóvel descrito, seja instalada e mantida a Escola Colônia Holandesa - Ensino de 1º Grau, pela entidade mantenedora já referida.

Cabe ressaltar que o anteprojeto de lei em referência contém disposições determinando a

exclusiva utilização do imóvel para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, a qual terá duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes. A seccionaria ficará, também, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Escola Colônia Holandesa, de 1º grau, reconhecimento por Resolução nº 2436/89-SEED e mantida pela Igreja Evangélica Reformada de Arapoti, imóvel constituído pelo lote de terreno situado no quadro urbano do Município de Arapoti, denominado de área nº 2(dois) do Bairro Colônia Holandesa, com área total de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), localizado no lado esquerdo da estrada colonial a 1 (um) km da sede daquele município, de propriedade daquele Instituto de Desenvolvimento Educacional, conforme o que consta na Escritura Pública de Doação lavrada em 26.07.77, às fls. 104v/105, nas notas do Tabelião do Município de Arapoti.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será exclusivamente utilizado para instalação e funcionamento da Escola Colônia Holandesa - Ensino de 1º Grau, podendo o mesmo ser retomado a qualquer momento pela FUNDEPAR, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 1998, prorrogável por 4 (quatro) anos mediante consenso entre as partes, vedada a utilização do referido imóvel para outros fins, bem como transferência a terceiros, sob pena da cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a entidade seccionaria, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 207/98, do Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Antonio Anníbelli, que pede esclarecimentos sobre "Ofício do Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob nº 202/98, do Senhor Henrique Chesneau Lenz César - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhado anteprojeto de lei objetivando a modificação do percentual limitativo destinado ao Poder Judiciário, contido nas Diretrizes Orçamentárias do Estado, relativa ao exercício financeiro de 1999. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 025/98

Curitiba, 6 de maio de 1998.

Senhor Presidente.

Com meus cumprimentos, venho através deste, solicitar licença para me ausentar do país no período de 11.05.98 ao dia 19.05.98, sem ônus para este Poder, quando estarei integrando a comitiva, chefiada pelo vice-Presidente da República Sr. Marco Maciel, que participará de audiência com a Sua Santidade, o Papa João Paulo II.

Certo de contar com a especial atenção de Vossa Excelência ao solicitado, aproveito o ensejo para reiterar protestos de consideração e respeito.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência" ao Projeto de Lei nº 177/98 relativo a Mensagem nº 019/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime

de Urgência" ao Projeto de Lei nº 127/98 relativo a Mensagem nº 016/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a Retirada por 02 (duas) sessões da Proposição nº 012/97, item 01 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a Retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 420/96, item 02 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a organização de um "Seminário para a Proteção das Águas", no dia 15 de junho de 1998.

As despesas com convidados se dará através da hospedagem, alimentação para 03 (três) convidados e as respectivas passagens de avião, nos seguintes trajetos: São Paulo-Curitiba/Curitiba-São Paulo, Florianópolis-Curitiba/Curitiba-Florianópolis.

Requer também a confecção de 4.000 (quatro mil) folders e 2.000 (dois mil) cartazes em três cores, para a divulgação. Tal Seminário será feito com apoio da Associação Xama, do Movimento de Luta Pela Moradia, e das entidades ambientais ligadas à UNEAP - União das Entidades ambientalistas do Paraná, dos Movimentos Sociais e Entidades Sindicais, sob a Coordenação Geral deste Gabinete.

Além das despesas com passagens a Assembleia arcará com a impressão, correio, divulgação e serviços de taquigrafia.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Começamos nesta virada de século, a viver o início de uma crise que significa um dos maiores problemas que o planeta necessita enfrentar em breve: a falta de água potável, trata-se da falta de um elemento para o qual não existe substituto e do qual depende a sobrevivência do próprio homem. De acordo com dados das Nações, são 22 países, cerca de 40% da população terrestre que já vive o sistema de racionamento.

De toda a água do planeta, temos disponível para consumo humano 3% deste percentual o Brasil possui 14%, uma grande concentração de riquezas mineral que não sabe conservar em torno das cidades brasileiras, os rios estão mortos ou estão em estado de degradação contínua. Se continuarmos neste caminho, em breve o Brasil não terá mais reservas de água para dar de beber à sua gente, pois com a degradação contínua, a captação de água se torna cada vez mais distante e mais cara.

No Estado do Paraná, a situação não é muito diferente. A degradação dos rios é um fato observado no cotidiano e que, além de exterminar uma fonte de água natural, causa sérios danos à saúde da população.

Faz-se necessário portanto, buscar medidas que visem encarar o problema de frente, a partir de uma nova perspectiva, procurando medidas e ações concretas que possam de fato modificar "a cultura da degradação", tanto da parte dos próprios órgãos oficiais, na maneira de lidar com os rios, quanto por parte da própria população, em sua relação cotidiana com as águas. O que fazer para recuperar os rios? O que se faz em outros países para recuperá-los?

Um dos grandes problemas da atualidade no Paraná que parece não ter solução, é a questão das ocupações nas áreas de mananciais. Como solucionar a questão quando existem pessoas que não tem onde morar? Como proteger as fontes de água?

Outro grande problema no Paraná é o Aquífero Karst, que é o 2º maior da América Latina. Problemas graves em Almirante Tamandaré e Colombo já mostraram as conseqüências de uma exploração da água sem os estudos técnicos devidos. O que e como fazer para amenizar o problema e prevenir para que esta água seja uma reserva futura?

Pensando em todas estas questões chegamos à conclusão de que a melhor maneira de resolver os problemas é buscarmos juntos a solução, com todos os atores sociais envolvidos na questão, estiverem

dispostos a colaborar, pois a crise da falta de água é um problema grave que necessita de medidas preventivas urgentes, a fim de que tenhamos melhores possibilidades de enfrentá-la.

REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arnildo Rech, ocorrido no último dia 16 de maio, no Município de Planalto.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento aos familiares, na pessoa da Sra. Zeli Barse Rech, viúva do extinto, no Distrito de Sagrada Família, em Planalto-PR.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Além de pioneiro, o Sr. Arnildo Rech foi Prefeito, Vereador e Presidente da Câmara do Município de Planalto, onde desempenhou funções pública e grande liderança comunitária.

Marido exemplar e pai de 5 filhos, Arnildo Rech constitui-se em um marco na vida do Município e uma perda insubstituível no seio da comunidade planaltense.

Por meio deste requerimento, prestamos nossa homenagem ao amigo que partiu e nossa inteira solidariedade à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Pesar, à família da Senhora Valdira Lino dos Santos, mãe do Vereador Adão dos Santos, do Município de São Tomé, falecida no último dia 18 de maio.

Peço enviar cópia à família enlutada na Rua São Januário, 982, Município de São Tomé-PR - CEP-87.220-000.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento ex-Deputado Estadual Dr. Dario Marchesini.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido a 30 de maio de 1914, o doutor Dario Marchesini, desde cedo teve participação ativa na comunidade. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, ingressou na política em 1946, eleito vereador de sua cidade, São José dos Pinhais. Foi o mais votado do pleito e exerceu a presidência da Câmara Municipal por 4 anos.

Em 1951 a 1958 foi eleito Deputado Estadual por duas legislaturas. Mais tarde, a convite do governador Ney Braga, exerceu o cargo de Diretor do IPE e, em 1965, foi nomeado Procurador Geral do Estado.

Fundador do Rotary Club de São José dos Pinhais, exerceu sua forte liderança em virtude de seu caráter exemplar e de sua capacidade de trabalho, sendo até há pouco tempo uma espécie de conselheiro na Prefeitura Municipal.

O doutor Dario Marchesini deixa 4 filhos e 7 netos.

REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje. Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Santiago, ex-Prefeito Municipal de Bandeirantes - PR., ocorrido em Curitiba, dia 18 de maio de 1988, aos 53 anos.

O Senhor João do Carmo Santiago, foi Prefeito de Bandeirantes, exercendo o mandato de 01/02/83 a 01/01/89, atualmente estava radicado na Região Metropolitana de Curitiba, no Município de São João do Carmo Santiago, sempre esteve envolvido em causas comunitárias ajudando a população carente.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada através do ofício.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Doutor Dario Marchesini, ocorrido dia 08 de maio do corrente ano, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 08, nesta Capital, o Doutor Dario Marchesini.

Nascido em 30 de maio de 1914, em São José dos Pinhais era filho de Manoel Marchesini e de D. Maria da Glória. Foi casado em primeira núpcias com a Senhora Rosi Stok Machado Marchesini, de saudosa memória, com quem teve quatro filhos: Estael, Dario Marchesini Filho, Célia Teresinha e Eliana Maria, que lhe deram sete netos.

Deixou viúva, do segundo casamento, Dona Maria Marchesini.

No Partenom Paranaense efetuou o Curso Primário; no Ginásio Paranaense, o secundário e o superior na faculdade de Direito do Paraná. Era também bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Sua vida profissional, iniciou muito cedo, como brilhante Advogado e Jurista que foi, protagonizando memoráveis júris e inclusive, sendo autor de Jurisprudência, que até os dias atuais tem sido os meandros das lides advocatícias em nosso Estado.

Não diferente, também iniciou na vida pública, quer profissional, quer politicamente, como um exemplo de dedicação e serventia às nobres causas.

Exerceu o cargo de Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, e, também a carreira de Procurador do Estado do Paraná, função na qual galgou a sua aposentadoria. Exerceu também o cargo de Promotor Público de Tibagi.

A militância política do Dr. Dário Marchesini foi muito destacada, especialmente em São José dos Pinhais, sendo eleito Vereador por duas legislaturas, ocupando a Presidência do Poder Legislativo nos períodos de 02 de dezembro de 1.947 até 29 de dezembro de 1.950.

Assumiu inteiramente, o Cargo de Prefeito Municipal no ano de 1.948, com a renúncia do então titular, Alcídio Monteiro Espínola.

Foi, ainda, Deputado Estadual por São José dos Pinhais, pela UDN, em duas legislaturas, de 1.951 a 1.954 e, de 1.955 a 1.958, onde foi líder da bancada.

O Dr. Dario Marchesini teve publicados trabalhos jurídicos e lingüísticos.

Sua vida social e comunitária, dentre as muitas realizações, foi um dos fundadores do Rotary Club de São José dos Pinhais, permanecendo em atividades nesse Clube de Serviços até o seu falecimento.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Dario.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Dario Marchesini e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende DELE, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Dario Marchesini para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Dario sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marchesini, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar à família do Dr. João Cavazoti Santos, filho do ex-Deputado Santinho Furtado, falecido em nossa Capital, nesta data.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Jornal do Estado, alusivos a passagem do 15º Aniversário de fundação, comemorado no último dia 17 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente daquele Jornal, Senhor Roberto Barrozo Filho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dr. Roberto Barrozo nº 22, CEP 80530-120, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná, alusivos a posse da nova Diretoria, ocorrida no último dia 14 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Sindicato, Senhor Elcio José Rimi, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Almirante Tamandaré nº 1133, CEP 80040-110, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados Votos de Louvor à Equipe Campeã da Superliga Nacional de Voleibol Feminino - REXONA PARANÁ, a qual muito engrandece o esporte do Paraná a nível nacional.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido Voto de Congratulações ao Colégio Estadual General Osório, pela comemoração de seu 60º aniversário de fundação.

Para comemorar a data, a direção do educandário pontagrossense decidiu inovar, e em vez da realização das tradicionais festas para arrecadar fundos, optou-se pela programação de eventos culturais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Diretor João Antonio das Chagas, demais membros da direção, professores, funcionários e alunos, sito na Av. Gal. Carlos Cavalcanti - 1553, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações ao Município de Ventania, pela

comemoração do 6º aniversário de emancipação política.

O Município de Ventania, vem apresentando ao longo dos poucos anos de emancipação, um relevante desenvolvimento e progresso, oferecendo aos munícipes melhores condições de vida.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal: Ocimar Roberto B. de Camargo; à Câmara Municipal de Vereadores e a todos os munícipes, sito na Av. A.B. de Camargo - 3093 - Ventania - PR.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de Voto de Congratulações ao escritor Noel Nascimento, autor do livro "Arcabuzes", romance que retrata os primeiros anos da República no Sul do Brasil.

Requer que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, à Alameda Cabral, 246 - Apartamento 131, CEP 60.410-210, em Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O lançamento do livro "Arcabuzes", de Noel Nascimento, ganhou o Prêmio Nacional de Romance. O romance tem como pano de fundo os primeiros anos da República e retrata os principais conflitos em Santa Catarina, o cerco da Lapa e toda a tragédia que envolveu a disputa entre anarquistas e republicanos.

Peça importante de pesquisa e registro histórico, Noel Nascimento é daqueles brasileiros interessados em decifrar o Brasil, "narrar outra História, dando versões bem diferentes da História Oficial e, principalmente, contestando a versão triunfante e gloriosa imposta desde os primeiros anos nas escolas", escreve Ignácio de Loyola Brandão. Por sua grandeza histórica, Noel Nascimento merece desta Casa de Leis esta homenagem que irá valorizar ainda mais seu trabalho e dedicação na retratação do passado.

REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos à Rádio Colméia, de Cascavel, pela pas-

sagem, no dia 22 de maio de 1998, de seus 40 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Colméia, tradicional na Cidade de Cascavel, é fonte séria e responsável de informação para a população do Oeste Paranaense.

Foi a primeira Estação de Rádio do Município de Cascavel, desempenhando papel de fundamental importância no desenvolvimento da cidade.

A história da Rádio Colméia confunde-se com a própria história de Cascavel. Seria impossível pensar no desenvolvimento da Região sem a participação da Rádio na defesa dos interesses de toda a população cascavelense.

Líder de audiência no município, justificado pela grande identificação popular, com especial destaque para o jornalismo sério e digno voltado para a comunidade.

REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná, ex-Centro Gráfico Paranaense, pelos 87 anos de sua fundação, que ocorreu em 30 de abril de 1911. Foi fundador da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná. É reconhecido de Utilidade Pública Municipal e Estadual pelos Decretos Lei de 06 de junho de 1986, respectivamente. A Sede Administrativa localiza-se à Rua Brasília Itiberê nº 3080, nesta Capital. A Sede Recreativa situa-se à Rua Guarda Marinha nº 2000, na Planta Vila Independência e o Albergue de Praia no Balneário Saint Ettieni. O Sindicato representa os profissionais gráficos, tais como linotipistas, arte-finalistas, impresso de off-set, impressores tipográficos, fotolitógrafos, digitadores gráficos, fotocopiadores, entre tantos outros ligados a essa área gráfica. Desenvolve um trabalho sério e competente junto à sua classe trabalhista, tendo como ponto de referência a luta pela defesa intransigente dos princípios de liberdade, justiça e paz. Há de se destacar a participação efetiva e atuante nos principais movimentos da sociedade organizada, buscando e defendendo os anseios de seus integrantes. Pela credibilidade que conquistou nesses 87 anos de atividades desenvolvidas com muito esforço, trabalho, eficiência, seriedade e dedicação, em prol dos seus associados e da sociedade paranaense, visando sempre a valorização dos profissionais das indústrias gráficas e da

qualificação dos serviços prestados à comunidade, queremos, através deste Voto de Louvor, cumprimentar todos os fundadores, funcionários e componentes da atual Diretoria, composta pelos Membros Efetivos - Presidente: Gilberto Cruz Rautt; vice-Presidente: José B. da Silva; Secretário Geral: Isnardi L. M. da Rocha; 1ª Secretária: Márcia A. C. R. dos Santos; Tesoureiro Geral: Danilo Maba; 1º Tesoureiro: Leonel S. Ramos; Diretor Social: José A. de Oliveira; Diretor Bibliotecário: Luiz C. Salomão; Diretor de Esportes: Ari A. Nunes; Diretor de Comunicação e Relações Públicas: Ariel Placha Silvano - Membros Suplentes - Vanderlei A. Matos, Selmir L. de Moraes, José O. Garcia, Antonio Wilson Zamariam, Carlos Gracindo da Fonseca, Fernando da Silva, Osvaldo A. dos Santos, Marcos A. F. Alves, Nelson G. da Fonseca, José Luiz Coutinho e Orlando L. Cardoso. Deixamos registrado nos Anais desta Casa de Leis esta homenagem, extensivos aos demais Pares, consignando-se o reconhecimento de todos nós!

Salas da Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito aplauso ao casal Paulo e Maria Nabosny, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito aplauso ao casal Edvino e Rosalina Leschniowski, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram mui-

tos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Maximiriano e Terezinha Beloti David, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José de Agostinho e Araceli Ribas Ganzert, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso

assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João e Maria Valença, que completará 40 anos de união conjugal em 24.05. do corrente, celebrando Bodas de Rubi. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um voto de louvor ao Senhor Antonio Vilson Sturaro pela indicação ao cargo de Superintendente Regional Paraná Oeste do Banco do Estado do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, à Rua Castro Alves nº 1847, 2º andar Cascavel - Paraná - C.E.P.:85.801-280.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor, ao Senhor

Augusto Elias dos Santos, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Requer, também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Antonio de Farias, 57 - C.E.P.: 83540-000, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor, Augusto Elias dos Santos, para o qual proponho, voto de louvor, nasceu em 15.08.44, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, casou-se com a Srª Maria Elias dos Santos, com quem teve cinco filhos: Carlito Elias dos Santos (in memoriam), Miriam Elias de Farias, Ezequias Elias dos Santos, Regiane Elias dos Santos, e Laíz Elias dos Santos, foi ordenado para o cargo de Presbítero, pelo Corpo Ministerial da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, do Município de Rio Branco do Sul, no Estado do Paraná, cujo Pastor Presidente é o Sr. Carlos Marchioro, em 16.10.88.

O Presbítero Augusto Elias dos Santos, tem se mostrado bastante atuante, nas localidades por onde passou, tais como: distrito de Areias, e Jardim Papanduvás, e hoje desempenha um brilhante trabalho, como dirigente-auxiliar, do Pastor Carlos Marchioro, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, ajudando no desenvolvimento e coordenação de diversas obras assistenciais e educacionais, realizadas pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, daquele Município.

Diante dos fatos acima mencionados, e considerado que o trabalho desenvolvido pelo Presbítero Augusto Elias, é de grande relevância para a sociedade em geral, proponho que lhe seja concedido o presente "Voto de Louvor".

REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, Voto de Louvor, ao Senhor Elias Alves de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados a comunidade.

Requer, também que seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Belo Horizonte, 16 - conjunto C, Caixa Postal: 0053, CEP: 85858-010, na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor, Elias Alves de Oliveira, para o qual proponho, Voto de Louvor, nascido em 30/06/44, é casado com a Senhora Sudelina Dias de Oliveira, com quem teve duas filhas, Geneci Alves de Oliveira e Deneci Alves de Oliveira, foi ordenado

Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 11/04/78.

O Pastor Elias Alves de Oliveira, é uma pessoa atuante, no meio evangélico, e dirigiu diversas igrejas, em diversas localidades, tais como: São Simão - GO, Laranjeira do Sul - PR, e atuou também como Missionário na cidade de Franco, no Paraguai, onde sempre desenvolveu trabalhos assistenciais, voltados àqueles mais necessitados, não só de sua denominação, mas da comunidade em geral.

O Pastor Elias, também foi Conselheiro de Jovens, na Cidade de Laranjeiras do Sul, onde desenvolveu um brilhante trabalho junto aos mesmos, no intuito de ensiná-los o caminho do bem, tirando-os dos vícios e das drogas.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Elias Alves de Oliveira, reconhecendo que o mesmo é portador de alto espírito de solidariedade humana, proponho que lhe seja concedido o presente "Voto de Louvor".

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Legislativo e formulado ao juiz paranaense Roberto Portugal Bacellar, Votos de Louvor pela conquista do 1º lugar no concurso nacional de monografia, promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil.

Esta iniciativa altamente meritória, deve-se ao fato do Senhor Luiz Roberto Portugal ter escrito 30 laudas sobre "A mediação como solução alternativa na resolução dos conflitos".

Requer, ainda, que a decisão desta Casa seja levada para o conhecimento do magistrado citado.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata deste Poder Legislativo e formulados ao Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão, Senhor Sílvio Santos, Votos de Congratulações e Aplausos pelo atuante trabalho em promover a campanha em prol da Associação dos Amigos da Criança Defeituosa - AACD.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

Com a construção da Linha de Transmissão de energia, corrente contínua de 500 KV da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias até Cascavel, que atingirá mais de 200 (duzentas) propriedades rurais, na sua grande maioria pequenas propriedades. Ocorre que pelas normas vigentes a COPEL propõe simplesmente o pagamento de uma indenização das benfeitorias atingidas e através de Escritura de Servidão o pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) do valor da área atingida pela rede (50m) cinquenta metros.

Ocorre que as propriedades atingidas por esta rede sofrem incontestavelmente uma desvalorização já que o uso das áreas próximas à linha é restrito e em muitos casos inviabiliza até a ampliação de benfeitorias que por ventura poderiam ser construídas pelo proprietários.

Considere-se ainda os prejuízos causados pela dificuldade na realização de atividades agropecuárias e os riscos oferecidos às pessoas que ali convivem com suas famílias.

Nestas condições é necessário dar atenção as reivindicações apresentadas pelos proprietários sejam avaliadas com cuidado e justiça, propiciando assim a cobertura de prejuízos que a Linha de Transmissão causará.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando envio de Mensagem Governamental a esta Casa, ampliando o número de Peritos Criminais do Quadro Próprio do Instituto de Criminalística, num total de 50, sendo 05 para a 1ª Classe, 10 para a 2ª Classe, 15 para a 3ª Classe, e 20 para a 4ª Classe, visando suprir as necessidades das oito Seções Técnicas do Instituto do Estado.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamento: Valdir Rossoni, Carlos Simões, Renato Adur, Luiz Carlos Martins, Hidekazu Takayama, Durval Amaral e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Temos acompanhado com certa preocupação as dificuldades por que vêm passando algumas Seções Técnicas do Instituto de Criminalística do Estado, principalmente as das regiões Oeste e Sudoeste do Estado, e especialmente a da Cidade de Foz do Iguaçu, pela falta de Peritos Criminais.

Cidades como Toledo, Pato Branco e Campo Mourão, têm reivindicado instalações de Seções

Técnicas, no entanto, para a efetivação desses pedidos faz-se necessária a nomeação de Peritos Criminais.

Segundo informações que temos, para prover com Peritos Criminais, unidades do Instituto de Criminalística, não há necessidade da efetivação de novo concurso público, uma vez que se encontra ainda em vigência, até dezembro deste ano, um concurso, cujos aprovados poderiam ser imediatamente chamados, atendendo assim Seções que se encontram com falta desses profissionais, bem como proporcionar condições de instalação de novas unidades no interior do Estado.

Municípios postulantes de instalações de Seções do Instituto de Criminalística, como Pato Branco e Campo Mourão, já possuem prédio próprio e equipamentos, e os Conselhos de Segurança se propõe a ceder viaturas e apoio nas suas estruturas. No caso de Toledo, há interesse por parte da Associação Comercial em proporcionar acomodações para os profissionais, que também contarão com a ajuda do Conselho de Segurança local.

Vale salientar que além da necessidade da abertura de novas seções, é fundamental prover com um número maior de Peritos Criminais, algumas unidades que se encontram em situação delicada, como é o caso da Seção de Ponta Grossa que conta atualmente, segundo dados, com 04 (quatro) Peritos, sendo que 03 (três) deverão requerer aposentadoria em breve, e a de Umuarama que tem apenas 02 (dois) Peritos, sobrecarregando sobremaneira de atribuições esses funcionários.

REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Dr. Rubens Abrahão Tanure, Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar acompanhamento especial ao inquérito policial na Delegacia de Mallet, onde foi vítima o cidadão Adilson Makoski.

Sala das Sessões, em 19.05.98

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na noite do último dia 09, na Cidade de Mallet, o cidadão Adilson Makoski de 30 anos de idade, de tradicional família malletense, foi vítima de torturas e espancamento por elementos da Polícia Militar, dentro do próprio Módulo Policial, causando traumatismo craniano vindo a falecer em consequência desse barbarismo contra um indefeso homem trabalhador proprietário de pequena oficina mecânica.

A família, como de resto toda a população de Mallet está revoltadíssima com esse brutal aconteci-

mento. Esperamos de S. Exa., o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, providências urgentes solicitando inclusive, o acompanhamento do Ministério Público para que não parem dúvidas com o resultado final do inquérito policial.

A população de Mallet, por tradição, é hospitaleira e ordeira, razão da preocupação desse ato que levou à óbito um trabalhador que era de conduta exemplar, sem passagem alguma pela polícia.

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário dos Transportes: Heinz Herwig, solicitando medidas que tendam a diminuir o valor a ser cobrado nos pedágios do Anel de Integração, bem como alertar para situações como a de quem trafega de Ponta Grossa ou Palmeira a Curitiba, por exemplo, que terá de pagar duas tarifas de pedágio.

A implantação do pedágio se faz necessária frente às condições precárias em que se encontram as rodovias que cruzam nosso Estado. A ação dos fenômenos da natureza, aliada a falta de recursos, são alguns dos fatores responsáveis pela decadência das vias em questão.

As rodovias estão passando por melhorias nunca vistas antes; a sinalização está sendo recuperada e ampliada, buracos tapados e em alguns trechos está ocorrendo a reconstrução da pavimentação asfáltica, a criação de serviços de ambulância e guincho também são notadas. Tudo isso é necessário e importante, só existe um problema: o preço cobrado no pedágio.

Como exemplo, podemos verificar a situação de quem trafega entre Ponta Grossa ou Palmeira até Curitiba, ou vice-versa, essas pessoas deverão pagar duas tarifas de pedágio e o que chama ainda mais a atenção é a distância, visto que Curitiba e Ponta Grossa distam em pouco mais de 100 Km e Palmeira a Curitiba nem mesmo chega a esta marca.

O que solicita-se de fato, além da redução geral das tarifas, é que a pessoa que paga o pedágio em Ponta Grossa receba um comprovante que lhe dê acesso livre no pedágio de São Luiz do Purunã ou de Palmeira, por exemplo. Isso deve ser aplicado em todas as regiões que apresentem situação semelhante.

Sala das Sessões, em 19.05.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário dos Transportes: Heinz Herwig, solicitando medidas que tendam a diminuir o valor a ser cobrado nos pedágios do Anel de Integração, bem como alertar para situações como a de quem trafega de Ponta Grossa ou Palmeira a Curitiba, por exemplo, que terá de pagar duas tarifas de pedágio.

A implantação do pedágio se faz necessária frente às condições precárias em que se encontram as rodovias que cruzam nosso Estado. A ação dos fenômenos da natureza, aliada a falta de recursos, são alguns dos fatores responsáveis pela decadência das vias em questão.

As rodovias estão passando por melhorias nunca vistas antes; a sinalização está sendo recuperada e ampliada, buracos tapados e em alguns trechos está ocorrendo a reconstrução da pavimentação asfáltica, a criação de serviços de ambulância e guincho também são notadas. Tudo isso é necessário e importante, só existe um problema: o preço cobrado no pedágio.

Como exemplo, podemos verificar a situação de quem trafega entre Ponta Grossa ou Palmeira até Curitiba, ou vice-versa, essas pessoas deverão pagar duas tarifas de pedágio e o que chama ainda mais a atenção é a distância, visto que Curitiba e Ponta Grossa distam em pouco mais de 100 Km e Palmeira a Curitiba nem mesmo chega a esta marca.

O que solicita-se de fato, além da redução geral das tarifas, é que a pessoa que paga o pedágio em Ponta Grossa receba um comprovante que lhe dê acesso livre no pedágio de São Luiz do Purunã ou de Palmeira, por exemplo. Isso deve ser aplicado em todas as regiões que apresentem situação semelhante.

Sala das Sessões, em 19.05.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando estudos e providências para a inclusão do centeio na cesta básica, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.98

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná produziu no ano de 1997 1.720 toneladas de centeio, porém, atualmente a comercialização do referido produto, encontra como obstáculos a taxa de 12% (doze por cento) de ICMS no Estado do Paraná e os baixos centeios praticados

no mercado, vêm contribuindo para desestimular a cultura do centeio em nosso Estado.

Com a inclusão do centeio na cesta básica o ICMS passa a ser de 7% (sete por cento), além de levarmos à mesa da população de baixo poder aquisitivo um cereal de elevado valor nutritivo, estaremos incentivando a agroindústria, além de estimularmos nossos agricultores ao plantio de centeio, possibilitando desta forma maior renda ao pequeno e médio produtor rural.

REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Cássio Taniguchi, Prefeito Municipal, Dr. Osvaldo Navaro Alves, Presidente do IPPUC e ao Dr. Fric Kerin, Presidente da URBS, contendo apelos para que seja retirado o tráfego de veículos pesados da Rua Dez. José Carlos Ribeiro Ribas, no Bairro Pilarzinho/Taboão nesta Capital, visto que está colocando em risco a segurança da população e de suas propriedades.

Sala das Sessões, em 19.05.98

(a) RENY BORSATO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a construção do trevo de ligação das Rodovias do Café e dos Minérios, o tráfego de veículos pesados, principalmente de caminhões que transportam cimento, foi desviado para a Rua Dez. José Carlos Ribeiro Ribas, há vários anos. Até hoje, esses veículos continuam trafegando por aquela rua, causando sérios transtornos à população com rachaduras nas paredes, quebrando azulejos e lajotas, danificando a rede hidráulica, colocando em risco a segurança das pessoas que transitam a pé e por falta de calçadas e de espaço para transitar a pé.

Além disso, esses veículos iniciam o trânsito às 4:00 horas da madrugada e somente cessam por volta das 24:00 a 1:00 hora da madrugada, impossibilitando o descanso dos moradores desta rua, que trabalham durante todo dia, e vivem um verdadeiro inferno à noite. A população, pede simplesmente que seja respeitada a "Lei do Silêncio", e que o tráfego desses veículos volte para a Rodovia do Café e Rodovia dos Minérios, como era feito há anos passados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 179/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada, na íntegra, a Lei Estadual nº 11.970, de 19 de Dezembro de 1997, que institui o PARANÁ EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado sob a modalidade de serviço social autônomo.

Art. 2º - Os eventuais contratos, convênios, acordos, protocolos e outros instrumentos firmados pelo PARANÁ EDUCAÇÃO, ficam sob a administração da Secretaria de Estado da Educação, desde que compatíveis com os princípios da administração pública, conforme definidos pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ÂNGELO VANHONI

JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Desde que iniciaram, nesta Augusta Casa de Leis, os debates acerca de projeto de lei do Poder Executivo Estadual que institua um serviço social autônomo que veio a ser denominado PARANÁ EDUCAÇÃO, tem diversos ilustres colegas, calcados em pareceres e estudos de vários insuspeitos juristas, sustentado a evidente inconstitucionalidade que macula, de morte, tal proposta. Entre tanto na votação do projeto de lei que deu origem à Lei 11.970/97, agora em reexame, estas ponderações não foram levadas em conta, tendo sido o projeto aprovado por maioria.

Entre tanto, conforme fartamente noticiado pela imprensa paranaense, o Ministério Público do Trabalho, após um estudo sobre o PARANÁ EDUCAÇÃO, principalmente face a possibilidade de contratação de professores e demais trabalhadores sem concurso público, representou junto ao Ministério Público do Estado do Paraná, na pessoa de seu Procurador Geral da Justiça, ajuizando Ação Direta de Inconstitucionalidade, buscando a revogação integral da Lei do PARANÁ EDUCAÇÃO; face a violação direta aos princípios instituídos nos artigos 185 e 187, "caput" e parágrafos, da Constituição Estadual. Outrossim, resta ainda necessário destacar o entendimento de que a lei em exame viola também o artigo 37 da Constituição Federal, especificamente o princípio da impessoalidade, e ainda, desrespeita o inciso II do artigo 27 da Constituição Estadual, ao possibilitar conforme inciso II do artigo 15 da Lei 11.970/97, a contratação de pessoal sem concurso público, ainda que sob regime da CLT.

Assim, face a somatória de violações aos mais basilares princípios constitucionais que regem, em

geral, a administração pública e, em especial a área de educação, e que não resta outra alternativa a esta Augusta Casa de Lei que não a revogação, "in totum", desta lei, a Lei Estadual nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que institui o PARANÁEDUCAÇÃO, na forma proposta pelo presente Projeto de Lei que, ademais, também estabelece o processo de transição entre a extinção do serviço social e a reincorporação das funções ilegalmente retiradas da Secretaria de Estado da Educação.

Não bastasse a questão constitucional, a argumentação apresentada pelo Governo do Estado para criar o PARANÁEDUCAÇÃO de que havia necessidade todos os anos da contratação de aproximadamente 35% de professores temporários, o que não era legal, tornou-se insustentável. Com a aprovação pelo Governo Federal, da reforma administrativa, não haverá mais impedimento para que o Governo do Estado firme contrato temporário de serviço tornando o PARANÁEDUCAÇÃO completamente inócuo.

PROJETO DE LEI Nº 180/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Guaraqueçaba", com sede e foro no Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 181/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná a LUIZ MARCOS SUPPLY HAFERS.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O café, que chegou a representar 70% das receitas brasileiras em 1950, sempre movimentou grandes negócios. É a segunda "commodity" do mundo nas transações internacionais.

O Brasil perdeu espaço e importância nesse mercado nos últimos anos, em virtude da perda da produtividade, das quebras de safra e da quantidade inferior do produto.

A recuperação do mercado está calçada na nova técnica de plantio, visando além da qualidade, a qualidade e o baixo custo, é o chamado plantio adensado.

A idéia de adensar café foi simultânea a muitos. Entre os pioneiros, o destaque fica para Luiz Marcos Suplicy Hafers, santista, de 61 anos, envolvido em café por todos os lados e antepassados.

Viveu no Alaska, como marinheiro e empregado de fazenda na juventude. Foi corretor e exportador de algodão, viajando por todo Nordeste do Brasil e a países como Japão, Taiwan, Tailândia, Europa, Marrocos, África do Sul e China, propagando a qualidade do algodão brasileiro.

Em 1958 arrendou terras e em 1962 comprou a Fazenda Jamaica em Ribeirão Claro, no Norte Pioneiro, em nosso Estado, onde iniciou em 1963 as primeiras experiências no cultivo do café adensado.

A partir de então, o experimento foi sofrendo adaptações, quanto ao espaçamento, aumento de pés de café por hectare, diversidade em podas, ruas alternadas.

Os resultados das lavouras mais densas foram espetaculares: 76 sacas/hectare beneficiadas.

Em 1990, a Cooperativa de Maringá, também adepta do adensamento, trouxe o seu apoio ao projeto de Luiz Marcos Suplicy Hafers. O IAPAR, que tinha idéias favoráveis ao projeto, se integrou ao cultivo do café adensado.

Hoje a Fazenda Jamaica, pioneira do café adensado, apresenta altas produções e baixos custos. É visita obrigatória aos que se dispõem a produzir café na sua nova técnica, recebendo mais de 4.000 visitantes.

O sistema é um sucesso e a Cooperativa de Maringá tem mais de mil lavradores cultivando o café adensado.

Por todos estes méritos e trabalhos, na luta pela renovação da cultura do café no Paraná, que já foi líder na produção brasileira, e hoje detém apenas 5% do total nacional, que propomos o título de Cidadão Benemérito ao Senhor Luiz Marcos Suplicy Hafers, fundador e sócio conselheiro da PISA - Papel de Imprensa S/A, vice-presidente do CNC - Conselho Nacional do Café e vice-presidente da APAC - Associação Paranaense de Cafeicultores e presidente da SRB - Sociedade Rural Brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 182/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas que produzem, importam, distribuem ou comercializam agrotóxicos, seus componentes e afins são responsáveis pela destinação final das embalagens vazias por elas comercializadas, após a devolução pelos usuários, bem como dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, dos impróprios para utilização ou em desuso, de acordo com as instruções aprovadas pelos órgãos registrantes, obedecidas as normas legais vigentes ou estabelecidas pelas autoridades sanitária ambiental competentes, ou seja saúde, meio ambiente e agricultura.

§ 1º - O Poder Público sanitário-ambiental competente deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta lei em regulamento próprio os mecanismos e controle e os procedimentos para as empresas e os canais ligados a comercialização e aos usuários os critérios de devolução das embalagens e dos produtos acima citados.

§ 2º - As embalagens possíveis de serem lavadas deverão obrigatoriamente serem procedidas de triplice lavagem pelos usuários de acordo com as recomendações técnicas a serem apresentadas quando do seu cadastramento no Estado pelo seu responsável legal.

Art. 2º - As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos seus componentes e afins, deverão criar, com a colaboração do Poder Público, programas educacionais e mecanismos de controle à devolução de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta lei.

Art. 3º - O Poder Público é responsável por fiscalizar a destinação final adequada das embalagens vazias de agrotóxicos seus componentes e afins, compreendendo os processos de armazenamento, transporte, reutilização e inutilização, bem como controlar a devolução dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e impróprios para utilização ou em desuso.

Parágrafo Único - Poderá ser autorizado pela autoridade sanitária-ambiental competente, a reciclagem das embalagens de agrotóxicos seus componentes e afins.

Art. 4º - Constitui transgressão a legislação vigente de agrotóxicos sujeitará os infratores à pena de multa ou crime, de acordo com a Lei nº 7802, de junho de 1989, da destinação a embalagens vazias ou resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins, a produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, impróprios para utilização ou em desuso, em desacordo com as recomendações apro-

vadas pelos órgãos registrantes e sanitários ambientais competentes.

§ 1º - As penalidades serão aplicadas pelos órgãos do Poder Público responsáveis pela fiscalização nos setores de saúde, meio ambiente e agricultura.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo responsável pela regulamentação no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei busca orientar e disciplinar o destino das embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins, objeto de grande preocupação por parte de setores esclarecidos e responsáveis da sociedade, pelos graves riscos de contaminação ambiental e pelos danos que vem causando aos usuários e às populações rurais e urbanas.

É assunto de mais alta relevância para a agropecuária estadual, visto serem os produtores rurais os maiores usuários de agrotóxicos e os que, juntamente com os trabalhadores rurais, manipulam esses produtos.

A Lei nº 7.802/89, conhecida como "Lei dos Agrotóxicos", discrimina o destino final dos resíduos e embalagens como uma das questões a ser regida pela referida lei. Entretanto, em que pese seus méritos, ela é omissa no que diz respeito à destinação final dos resíduos e embalagens, não contemplando dispositivo específico para normalizar a questão.

Assim, a inexistência de uma legislação específica sobre a matéria, agrava mais o problema, já que a maioria dos usuários, de sua parte, descartam essas embalagens no próprio ambiente, sem nenhum critério sistemático, comprometendo o meio ambiente quando, não raro, reutilizam as embalagens de forma inadequada, com gravíssimos riscos para a saúde.

A extensão do problema é ainda maior se considerar que, a cada ano, são geradas milhões de embalagens de agrotóxicos sem que ao menos tenham sido descontaminadas ou tenham destinação prevista adequadamente. Assim, nas regiões de importância agrícola no Estado, verifica-se um crescente acúmulo de embalagens vazias de

agrotóxicos nas propriedades, por falta de procedimentos adequados para seu descarte.

Além do mais, constata-se a tendência de que esses produtos venham a ser comercializados em embalagens com princípios ativos mais concentrados, o que aumenta o risco e o poder de contaminação.

Frequentemente, essas embalagens são simplesmente abandonadas nas próprias propriedades rurais, sem nenhum critério ou cuidado especial, jogadas em buracos, vossorocas, em cursos d'água, ou mesmo utilizadas para fins que seu uso oferece riscos à saúde.

O enterro dessas embalagens e o seu armazenamento em aterros à céu aberto vem sendo praticados comumente utilizados, mas comprometem o lençol freático e as fontes de suprimento de água, já que os restos de agrotóxicos são facilmente lixiados pela ação das chuvas.

Assim, além de inutilizarem áreas agriculturáveis, contaminarem o meio ambiente, cria-se também, um problema invisível, potencialmente maior e legal para as gerações futuras um lixo, na maioria das vezes, de difícil destruição, como o plástico e o vidro.

Ademais, a acumulação de embalagens contaminadas com diferentes produtos num mesmo local pode provocar, pela mistura e ação do calor e da água, reações químicas que potencializam a ação dos seus princípios ativos, gerando produtos com composições desconhecidas e reações imprevisíveis, que não podem ser neutralizados, sobretudo em casos de acidentes. Tal fenômeno se agrava se considerar que estes produtos com composições desconhecidas geram gases tóxicos e poluidores e um "chorume" que são fontes de poluição ambiental, já que podem atingir lençóis freáticos, mananciais ou áreas habitadas, causando efeitos tóxicos nos animais, nos vegetais e na população.

A queima a céu aberto das embalagens plásticas, prática usualmente utilizada para destruição das embalagens gera, muitas vezes, gases mais tóxicos que os venenos contidos na própria embalagem e constitui uma perigosa fonte de poluição e de risco à população.

Não raro, essas embalagens são simplesmente transferidas do campo para as áreas urbanas, sem as mínimas precauções, transferindo e concentrando assim o problema nas cidades.

Também, como resultado da intensa comercialização de agrotóxicos são gerados uma quantidade expressiva de produtos que são retirados do mercado por estarem fora das especificações ou condições de uso ou por terem seu uso proibido no País ou no Estado, não raramente são armazenados incorretamente em depósitos ou nas próprias propriedades rurais.

Desta forma, o presente projeto de lei preenche uma grave lacuna existente na legislação sobre agrotóxicos.

PROJETO DE LEI Nº 183/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, na parte que destinou a quantia de R\$100.000,00 (cem mil reais) ao Município de Cambira, alterando a expressão "Construção do Hospital Municipal" para "Reparos e Ampliação do Posto de Saúde".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do Prefeito Municipal de Cambira, Laércio Barriquelo, estamos apresentando o presente projeto de lei que pretende alterar o objetivo do Plano de Aplicação do Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, que previa destinação orçamentária de R\$100.000,00 para construção do Hospital Municipal.

Informa o Senhor Prefeito que foi constatado a inviabilidade econômica da construção. Com isso, pretende-se aplicar o recurso já empenhado, para reparos e ampliação do Posto de Saúde.

Para tanto, esperamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela, para atender os anseios da comunidade de Cambira.

PROJETO DE LEI Nº 184/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Espírita Semeador da Verdade com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Semeador da Verdade ou Centro Social "Arminda Grassi" (nome de fantasia), apresenta um calendário diversificado ao longo de cada ano, onde são realizadas várias ações com o

intuito de auxiliar principalmente a comunidade carente.

Dentre as atividades realizadas pela Sociedade pode-se destacar a distribuição de sopa as crianças e adultos, aulas de trabalho manual, noções de higiene e saúde, evangelização cristã entre outras.

Enquanto as mães acompanham as aulas, seus filhos ficam acomodados em um berçário, as crianças maiores são separadas por idade e participam de jogos e brincadeiras educativas.

Pelos motivos expostos e pela documentação anexa é que solicita-se a Declaração de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Espírita Semeador da Verdade.

PROJETO DE LEI Nº 185/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Hospital Nossa Senhora da Saúde, com sede e foro na Comarca de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 12 de maio do ano de 1943, o Hospital Nossa Senhora da Saúde foi criado com a finalidade de prestar assistência médica, hospitalar, social e religiosa emfim, assistência integral à saúde, a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem natural ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, além de desenvolver atividades educacionais na área de saúde e higiene.

O Hospital Nossa Senhora da Saúde, tem o seu Estatuto Social, registrado desde o dia 25 de fevereiro de 1941, e foi ratificado através da Lei Municipal nº 011/98, já tendo sido reconhecido de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 38/83, e de Utilidade Pública Federal, pelo Conselho Nac. Serv. Social (Prot. 41.962/51).

PROJETO DE LEI Nº 186/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação da Rede Esta-

dual do Polo Curitiba - ADEJA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos Estadual do Polo Curitiba, que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem por objetivo dar suporte financeiro, administrativo e pedagógico aos estabelecimentos de ensino público que atuam na educação de jovens e adultos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 187/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Serra Negra, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pequenos Produtores Rurais de Serra Negra, sem fins lucrativos, tem por objetivo congregar os produtores de Serra Negra e outros que venham a integrar à Associação, apoiando suas legítimas aspirações, seus interesses e direitos, estimulando o espírito de solidariedade e comunidade entre os produtores integrantes, visando melhorar as suas condições de vida, estimulando o desenvolvimento das atividades econômicas, buscando a colocação dos produtos da região no mercado consumidor, bem como prestar assistência técnica e informação de mercado ao quadro social, representar perante às autoridades administrativas, legislativas e judiciárias os interesses gerais dos produtores da Associação, e manter serviços de assistência e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares.

PROJETO DE LEI Nº 188/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o incentivo fiscal a empresa estabelecida no Estado do Paraná, que apoie a realização de projetos esportivos, através de doações ou patrocínios, visando o desenvolvimento dos esportes no Estado do Paraná.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no caput deste artigo corresponderá ao recebimento por parte de empreendedor de qualquer projeto no Estado, seja através de doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, correspondentes ao valor do incentivo autorizado pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

§ 2º - Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de qualquer natureza, até o limite de 2% (dois por cento) calculado sobre o valor da base de cálculo das saídas de mercadorias e serviços.

§ 3º - O cálculo do valor da contribuição para o projeto adotado terá por base o valor do desconto concedido a título de benefício, acrescido de no mínimo 30% (trinta por cento).

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo fixará, anualmente, o valor que deverá ser usado como incentivo, que não poderá, entretanto, ser superior a 1% (um por cento) da receita proveniente do imposto a ser utilizado.

Art. 3º - São abrangidas por esta lei todo e qualquer evento de natureza esportiva.

Art. 4º - Fica autorizada a criação, junto a Secretaria de Esporte, de uma Comissão independente e autônoma, formada por um representante da Secretaria de Estado e do Esporte, dois representantes da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - A Comissão ficará incumbida de analisar e aprovar os projetos a ela apresentados, bem como suas alterações, complementações e demais assuntos vinculados, manifestando-se de forma independente e autônoma.

§ 2º - O mandato dos membros da Comissão será de um ano, sendo permitida a recondução, por uma única vez.

§ 3º - Terão prioridade os projetos apresentados que já contenham a intenção de contribuintes incentivadores de participarem do mesmo.

Art. 5º - As entidades esportivas deverão encaminhar seus projetos à Secretaria de Estado dos Esportes para obtenção do Certificado de aprovação do projeto, cujo modelo será instituído pelo Titular da Secretaria de Estado do Esporte para obtenção

do Certificado de Aprovação do projeto, cujo modelo será instituído pelo Titular da Secretaria.

Parágrafo Único - Para obtenção do incentivo referido no art. 1º, deverá o empreendedor apresentar à comissão cópia do Projeto Esportivo, explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo e fiscalização posterior.

Art. 6º - Aprovado o projeto, a Secretaria de Estado do Esporte, providenciará o encaminhamento à Secretaria da Fazenda - SEFA - para emissão do respectivo certificado, e então a obtenção do incentivo fiscal.

Art. 7º - O certificado terá validade compatível com a duração do projeto incentivado, não podendo, todavia, ultrapassar o limite máximo de cinco anos a contar de sua expedição.

Art. 8º - Fica vedada a utilização do incentivo fiscal em relação a projetos de que sejam beneficiários a própria empresa incentivada.

Art. 9º - Será obrigatória a veiculação do nome e símbolos oficiais do Estado do Paraná em todo material de apresentação e divulgação relativa ao projeto incentivado.

Art. 10 - Além das sanções penais cabíveis, será multado em 10 (dez) vezes o valor incentivado, o empreendedor que não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo, desvio de objetivos ou recursos.

Art. 11 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua vigência.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(aa) ANIBAL KHURY

ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A premissa de que é dever do Poder Público fomentar o esporte com a criação de programas de apoio e valorização de práticas desportivas é consagrada em ambas as Magnas Cartas do âmbito Federal e Estadual.

Assim, todas as iniciativas que procurem amparar o esporte são louváveis. Estamos cientes das enormes dificuldades de ordem financeira que enfrentam os esportistas em nosso país que praticamente inviabilizam suas futuras carreiras esportivas. O jovem, que não tem recursos e que não

consegue patrocínio, se afasta das canchas de esportes e fica a mercê dos perigos tão comuns da sociedade moderna, as drogas e a criminalidade. Com o objetivo de solucionar esse grave problema, estamos, apresentando um mecanismo de incentivo fiscal para incentivar a prática dos esportes, que trará enormes benefícios para a classe esportiva do nosso Estado e para a sociedade paranaense em geral.

PROJETO DE LEI Nº 189/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações, visando a educação, prevenção, controle e combate do uso de drogas, substâncias entorpecentes e afins, especificados na legislação federal.

Art. 2º - São beneficiários do FUNPREN órgãos ou entidades públicas ou privadas que atuem na área de prevenção, fiscalização e repressão ao uso de entorpecentes e que destinem recursos para:

I - a realização de programas de prevenção do uso de entorpecentes;

II - o desenvolvimento, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, de projetos de formação profissional para tratamento e recuperação de dependentes, bem como para repressão e controle de uso e tráfico de drogas;

III - o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;

IV - a confecção de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação sobre prevenção e tratamento de uso de entorpecentes;

V - outras atividades julgadas ou determinadas pelo Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 3º - São recursos do FUNPREN:

I - as doações, os auxílios e as contribuições que lhe forem destinados;

II - as doações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais;

III - o produto da alienação de bens advindos de condenação por tráfico ilícito de drogas, perdidos na forma da lei, em favor da União e/ou do Estado, e que venham a ser transferidos ao Fundo;

IV - os resultados de aplicações financeiras das disponibilidades temporárias;

V - outros recursos que possam ser destinados ao Fundo.

Art. 4º - Os recursos do Fundo serão geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 5º - O FUNPREN, de natureza e individualização contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observadas as seguintes condições:

I - apresentação, pela beneficiária, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos no artigo 2º desta lei;

II - demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de combate ao uso de drogas, substâncias entorpecentes e afins;

III - enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá regulamentar o disposto nesta Lei em até 30 (trinta) dias após sua publicação, ouvido o Conselho Estadual de Entorpecentes.

Art. 7º - Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do FUNPREN obedecerão ao disposto na legislação vigente.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo a proceder a alteração orçamentária necessária ao cumprimento desta lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização, Controle e Repressão de Entorpecentes. Objetiva dar melhores condições ao Conselho Estadual de Entorpecentes em sua atuação nas áreas de educação, prevenção e repressão de entorpecentes.

Atualmente, na verdade, o Estado do Paraná conta com um extraordinário grupo de pessoas que tem se devotado de forma toda elogiável na busca de melhores respostas para a saúde física e psicológica da população, sobretudo jovens, viabilizando um vasto programa educativo.

Entretanto, hoje é necessário avançar dando maiores e mais firmes condições a tal iniciativa. Assim, o Conselho, existente no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, enquanto gestor do Fundo, poderá atuar firmemente pela causa da vida de nossos jovens e de nossa população.

Dada a importância da matéria, sou sabedor que receberá todo apoio necessário para sua aprovação e implementação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Finda a leitura do Expediente e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

(Declina)

Concedo a palavra ao Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, não tinha preparado nada a respeito, mas agradeço a palavra para falar sobre a questão das doações. Onde, nós com Presidente Zuk, estamos na região de Imbituva, Ipiranga, Ivaí, e realmente foi uma satisfação muito grande das escolas, dos diretores, dos Presidentes da APM em relação a essa ajuda para o PROEM. E com isso, vamos ter aí, uma qualidade melhor de escolas na nossa região.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria fazer dois comunicados.

Amanhã, quarta-feira, a Comissão de Direitos Humanos que presido, e que o Deputado Alborghetti é o vice-Presidente, com muita honra, amanhã teremos mais uma reunião ordinária desta Comissão. E ela vem, por ser a Comissão mais nova, a mais recente Comissão que entrou em funcionamento neste início de ano, ela vem realizando um trabalho da maior relevância, aqui nesta Casa.

Não sei se os colegas sabem, mas a partir do momento em que o Deputado Anibal Khury, como Presidente da Comissão Executiva desta Casa, instalou a Comissão de Direitos Humanos, ela passou a ser o instrumento de defesa daqueles que são vítimas da violência do Estado e da violência entre os próprios cidadãos.

Então, temos recebido, de autoridades, juízes, promotores, pessoas, segmentos organizados da sociedade, apelos, cobranças, no sentido de que a Comissão se posicione na defesa dos direitos humanos e dos direitos da cidadania do nosso Estado.

Conversamos recentemente com o Secretário de Justiça, o advogado conceituado Eduardo Rocha Virmond, a respeito do Conselho Estadual de Direitos Humanos aqui do nosso Estado, a respeito da implantação do Programa Estadual de Direitos Humanos, a exemplo do que fez o Governo Federal, quando, há poucos meses, lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos. E o Secretário nos informava, na oportunidade, que o Conselho Esta-

dual de Direitos Humanos está para ser alterado por proposta do Governador Jaime Lerner.

Os estudos estão bastante adiantados no âmbito daquela pasta, e que com relação ao Programa Estadual de Direitos Humanos, ele também pretende, a partir do instante em que enviar à Assembléia a alteração do Conselho Estadual de Direitos Humanos, ele pretende iniciar a discussão deste Programa, a partir, inclusive, de um debate com a sociedade civil organizada, usando inclusive como fórum a Comissão de Direitos Humanos nesta Casa.

Portanto, é com alegria que faço este relato, nesta oportunidade, para que todos os colegas saibam do funcionamento, da preocupação, do empenho desta Comissão que vem se reunindo todas as quartas-feiras, às 9 horas da manhã, na Sala das Comissões, e amanhã, aproveito para reafirmar o comunicado e o convite para os colegas membros daquela Comissão, para se fazerem presentes, levando os processos, os pedidos de diligências que têm, porque adotamos ali a mesma filosofia que se adota na Comissão de Constituição e Justiça.

Cada pleito de um colega ou de uma instituição, distribuímos, pela ordem de chegada, a um membro permanente, ao suplente da Comissão de Direitos Humanos. Então, cada colega que tenha em seu poder, distribuído para si, um processo que trata de um assunto relativo àquela Comissão, gostaria que esse colega levasse amanhã esse processo, devidamente relatado, para colocarmos à análise da nossa douta Comissão.

Eram essas as informações que gostaria de fazer, e quero aproveitar a oportunidade para agradecer a atenção da Comissão Executiva, e registrar, com muita alegria, a presença em nosso meio, do vice-Prefeito de Londrina, Alex Canziani, futuro Deputado Federal, pelo nosso glorioso Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

No Pequeno Expediente, convido a ocupar a tribuna, o ilustre vice-Presidente desta Casa, Deputado Luiz Carlos Zuk, por 5 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que uma vez mais, aqui na tribuna deste Poder, podemos sentir que realmente os Srs. Parlamentares procuram encontrar as soluções a todos os reclamos da família paranaense, e um dos quais me traz nesta tarde.

Como todos os senhores sabem, tive a honra de ter sido Vereador por duas vezes em Ponta Grossa, de ter sido Prefeito daquela cidade, e pela terceira vez represento como Deputado, a região

dos Campos Gerais e o nosso Estado do Paraná neste Parlamento.

Com esse novo Governo, que aqui veio a trazer novos caminhos ao Paraná, este Governo fez com que, o Anel de Integração, o esboço feito numa prancheta, se tornasse uma realidade. Esta forma da realidade a ser encontrada, tem realmente uns ajustes a serem efetuados na sua implantação, e um desses ajustes se situa exatamente na região dos Campos Gerais.

A nossa Ponta Grossa, por ser um dos maiores entroncamentos rodoferroviários do sul do país, é realmente cruzada pela linha que liga o eixo do MERCOSUL de Buenos Aires a São Paulo, pelo corredor de exportação que leva ao Porto de Paranaguá, por estradas realmente que fazem inveja a qualquer município paranaense.

Mas, junto a isso, temos também os encargos e as dificuldades, como essa que ora estamos relatando e pedindo aprovação deste Plenário à nossa cidade e à Cidade de Palmeira.

O cidadão residente, o homem dono de uma transportadora, o homem que leva mercadoria à Capital do Estado, à Região Metropolitana, ao Porto de Paranaguá, além daquilo que realmente é de lei, que é o pedágio após Curitiba ao Porto de Paranaguá, saindo do seu domicílio de Ponta Grossa - Curitiba, ele paga dois pedágios. É inadmissível! O pontagrossense e o palmeirense pagando dois pedágios, num trajeto de 100 quilômetros.

Entramos em contato com Sua Excelência o Secretário Heinz Herwig. De pronto ele está estudando a viabilidade de uma solução técnica. Conversamos com o ilustre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que tem se esforçado sobremaneira a dar, realmente, a satisfação que o povo do Paraná merece, e na sua voz aqui presente, sempre o Governo quando é atacado, tem na sua pessoa a sua defesa, e nesta defesa dos Campos Gerais, somamos no mesmo pensamento com o Líder do Governo, que também acha que isso tem que ser mudado.

E estamos entrando, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com dois requerimentos, um endereçado a Sua Excelência o Governador Jaime Lerner, mostrando que isso que aqui se identifica na região dos Campos Gerais. E acredito que os Srs. Deputados que têm domicílio em outros quadrantes do Estado, também haverão de ter, nos seus respectivos lugares de representação política, fatos como esse.

O ajuste tem que ser feito. Quando as coisas são inovadas, têm que ser aprimoradas. E nesse aprimoramento do Anel de Integração é que trazemos esse problema. Acreditamos e temos certeza que a solução, pela capacidade técnica ou pelo

gerenciamento do bem público, como vem conduzindo o Governador, haverá de achar a solução.

Por isso, antecipadamente agradeço a aprovação e desejo que o Secretário e o Governador, nessa próxima estada em Ponta Grossa, no próximo dia 22, haveremos de já de anunciar, lá em minha cidade, para a região dos Campos Gerais, a solução a esse impasse que ora está sendo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Quero parabenizar, com muito orgulho, este Parlamento recebe na tarde de hoje, Parlamento do povo do Estado do Paraná, a presença do vice-Prefeito, o grande "pé vermelho", uma família tradicional, honesta, de caráter, a minha cidade, o vice-Prefeito, professor, mestre, Alex Canziani, candidato a Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que na última pesquisa, no domingo passado, Alex Canziani está com 24% dos votos de Londrina, na penúltima pesquisa.

Abrangendo a futura microrregião, deverá o vice-Prefeito Alex Canziani sair com uma votação esmagadora na região de Londrina e de todo o Norte do Paraná.

Agradeço a presença. E, na mesma pesquisa estou ao lado do Alex, com 20% dos votos da Cidade de Londrina. Muito me orgulha esta pesquisa, este é o resultado do meu trabalho na área de cidadania e justiça social, do meu trabalho pelas famílias, pelos filhos, pelos esquecidos do Paraná.

Isto me dá hoje a satisfação de receber, numa série de dezenas de pesquisas, como a que está acontecendo na Capital, que coloca em primeiro lugar o Deputado Carlos Simões pelo seu trabalho - é um Deputado sério, honesto, meu particular amigo e irmão. Confesso que nos primeiros momentos não gostava do Deputado Carlos Simões, depois aprendi a conviver com o mesmo e vi que ele tem um caráter, é humano, um bom pai de família, uma pessoa querida, que me transmite alegria como me transmite o meu irmão Luiz Claudio Romanelli. Venho em segundo lugar ao lado do Deputado Carlos Simões, na Capital do Estado.

Queria transmitir aos Senhores que no meu primeiro mandato, o Deputado Tavares estava em Brasília - e gosto muito do Tavares pelo seu caráter, sua decência, não é falso nem mentiroso, não é canalha nem político de véspera de eleição, aliás Londrina deveria reconhecer neste jovem Tavares um instrumento de fundamental importância na elaboração da "Constituição-Mãe" do meu país, ao lado de Ulisses Guimarães. O povo esquece, mas não

esqueço e enquanto eu existir, falarei de Vossa Excelência no meu programa, que hoje tem a maior credibilidade no horário, no Estado do Paraná.

No meu primeiro mandato Vossa Excelência estava em Brasília e entrei com um projeto aqui criando a Região Metropolitana de Brasília. Naquela época o Governador Álvaro Dias dizia: "Alborghetti, não é o momento oportuno. Se você entrar, vou vetar. Você sonha muito alto, tem idéias de primeiro mundo". Você sabe, Tavares, a gente vem para cá com idéias de primeiro mundo, sonhando aquilo que você tem dentro da alma, dentro do coração, como eu sonhava que o senhor fosse o nosso Secretário de Segurança Pública e a história seria bem diferente. Então, parei. E nas nossas caminhadas em Londrina, eu e o Alex comentávamos sobre a Região Metropolitana, que é um sonho de Londrina, de Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Sertãozinho, Bela Vista do Paraíso - a tua terra, a nossa terra - e temos que ter orgulho porque Bela Vista planta, é um exemplo no mapa do Estado do Paraná; Tamarana e tantos outros municípios ali. Se Curitiba tem a sua Região Metropolitana, porque Londrina não tem?

Então, vou pedir que entre na pauta de amanhã, o projeto dos seguintes Deputados: Luiz Carlos Alborghetti, José Tavares, Durval Amaral, José Maria Ferreira e Eduardo Trevisan que apesar de não pertencer à nossa região tenho que respeitá-lo, porque Cornélio está ali perto e ele é uma pessoa querida, educada, fina. O Deputado José Maria Ferreira foi um dos grandes Prefeitos do Norte do Paraná e digo isso porque conheci a administração dele. Muita gente pode falar que não e mando calar a boca, porque foi mesmo!

Deputado Edno, o senhor foi um grande Prefeito de Cianorte. Estou dizendo da minha região.

Uma vez, o Deputado José Maria Ferreira inaugurou o Corpo de Bombeiros com recursos da sua administração. Vocês precisavam ver a felicidade deste Deputado! Tudo que ele fazia em Ibiporã era a coisa mais linda, parecia que vinha do seu coração, de sua alma e do coração de sua esposa e de seus filhos! Ele dava a alma por Ibiporã!

O Deputado Durval Amaral não quis ser prefeito de Cambé, porque se quisesse o seria com os "pés nas costas". Ele é essa pessoa querida, calma, que troca idéias comigo. É um advogado, é uma pessoa querida como todos os senhores o são.

Quero dizer a todos que esse é o melhor Parlamento do Brasil. Este é o Parlamento que mais produz nesse país.

O Deputado José Tavares, já falei que além de ter dado a sua vida, como delegado, pelas famílias brasileiras do meu Estado, foi um dos grandes Deputados Federais, que Londrina deu ao Brasil. O Deputado Eduardo Lacerda Trevisan foi um grande

administrador. E, está aqui, hoje, o vice-Prefeito de Londrina, Alex Canziani. Tenho fé em Cristo. Sou filho de Deus, irmão de Cristo e tenho fé que V. Exa. não irá me decepcionar em Brasília. Porque se V. Exa. me decepcionar serei obrigado a chegar em sua face e dizer que o senhor é um péssimo Deputado. Mas como sei que o senhor reviveu a CODEL de Londrina, transformou uma CODEL morna, "café-com-leite", diminutiva, o Secretário da Indústria, do Comércio, o "embaixador" de Londrina para todo o Brasil e até mesmo para fora do Brasil. Vossa Excelência merece essa oportunidade de estar em Brasília, defendendo os interesses não de Londrina - nenhum Deputado, aqui, é da sua cidade, - todos os Deputados daqui são eleitos pelo Paraná. E, V. Exa. não irá para Brasília para defender Londrina e, sim, para defender o Estado do Paraná, que é o nosso Estado. O Paraná é o meu pai, minha mãe e meus filhos.

Quero dizer a VV. Exas., a todos os Deputados aqui presentes, com carinho e respeito - conversei com o Governador, ontem a tarde. E foi nesta conversa tão carinhosa e tão querida que o Governador me disse: pode entrar com o projeto. Não vetarei o projeto e tudo o que puder fazer pela Região Metropolitana de Londrina farei.

Vocês sabe, que sou um Deputado independente. Não gosto de: gigolô político, de canalhice na política, de político que promete e não cumpre. Queremos a Região Metropolitana! Agora, cabe a todos os Prefeitos desta região compor secretários como foi o Alex e que venham brigar com recursos, com a Assembléia, com o Governo, em São Paulo, em Santa Catarina e em todo o Brasil para trazer indústrias para a nossa Região Metropolitana.

Então, isso que é importante! Essa Região Metropolitana é de fundamental importância não para Londrina, "Cidade Mãe", para Cambé, que também é "Mãe", para Ibiporã, que também é "Mãe", para Jataizinho, Bela Vista, Porecatu.

É importante para todos aqueles municípios porque vamos obter, se cada Prefeito, Deputado Tavares, como V. Exa. quando era candidato, discutia muito com o Tavares, o Deputado Tavares disse uma vez para mim: "Se eleito Prefeito quero colocar um Secretário que corra o Brasil, mostre o que é Londrina, e que venham recursos para Londrina". Era o seu sonho. Vossa Excelência não lembra, mas sei o local, a hora, o dia de tudo o que V. Exa. me falava. Sorte do Prefeito Belinati em ter colocado Alex e ter transformado a CODEL, o mesmo sonho que V. Exa. teve o Belinati fez com o Alex. Mas V. Exa. queria que o Secretário viajasse para a Europa, que mostrasse Londrina no Brasil inteiro.

Então, cabe a cada Prefeito, depois de aprovado esse Projeto, ter um "relações públicas", como o Secretário, Carvalhinho, Dr. José Gomes de Carva-

lho, esse homem é um "cavalo", ele está em todo o Brasil falando do Paraná.

Então, cabe a cada Prefeito, depois de criada a Região Metropolitana, que é o meu sonho, quando era Vereador em Londrina já sonhava com isso, criar a "Cidade Industrial". E outra coisa que digo hoje aqui: "Quem criou o Centro de Convenções em Londrina? Fui eu, o Tavares e o Dr. Wilson Moreira".

Então, são muitas histórias que sei que V. Exa. não se lembra.

O Sr. Durval Amaral

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Muito obrigado pelo aparte Deputado Alborghetti.

Quero agradecer-lhe as palavras elogiosas a minha pessoa e dizer que o Norte do Paraná está envaidecido por tê-lo como Deputado na Assembleia Legislativa do Paraná pelos índices de audiência no programa que é líder absoluto no horário, e também pela liderança isolada como Deputado Estadual, como Deputado mais votado com toda certeza na próxima eleição, isso já apontam todas as pesquisas na cidade de Londrina.

E dizer que o seu pronunciamento em defesa da Região Metropolitana é em defesa do Norte do Paraná. É fácil, as vezes, em época de eleição fazer discurso eleitoral, discurso para agradar a todos os segmentos sociais, principalmente quando sabemos que a criação da Região Metropolitana de Londrina significará, a partir da lei sancionada, uma consolidação de direito da pujança do Norte do Paraná, e consolidará a força do Norte do nosso Estado.

Lembro-me que na legislatura passada apresentei um Projeto De Lei criando a Região Metropolitana do Norte do Paraná que não logrou êxito, porque o governo se recusava a sancionar a lei, instalando a Região Metropolitana em Londrina na administração passada. Por quê?

A partir do momento em que nós temos a Região Metropolitana consolidada como lei, nós poderemos passar a pensar no desenvolvimento industrial ordenado de Londrina e de todas as cidades envolvidas, como Cambé, Ibiporã, e Rolândia. A partir do momento que temos a Região Metropolitana incrementada, nós poderemos ter um tratamento único do problema do esgoto sanitário.

A conurbação do transporte coletivo, que, aliás, aproveitando a presença do Alex Cansiani, é um problema que nos fere mortalmente em Cambé, porque os cidadãos saem de Cambé pagam uma passagem de ônibus e são deixados na periferia de Londrina, infelizmente não gozando da conurbação do transporte coletivo. Tenho certeza que o Alex

tem já influenciado para os passageiros de Cambé e Ibiporã, não fiquem cada vez mais isolados em Londrina, que nós tenhamos a conurbação deste transporte, possibilitando o pagamento da passagem única, que será irreversível a partir do momento da implantação da Região Metropolitana. A lei de zoneamento do solo urbano, que poderá ser única, quer dizer, inúmeros benefícios para nossa região.

Tenho certeza que se em Governos passados não foi implantada e não criada a região metropolitana é porque ninguém nesse Estado discute o avanço conseguido por Curitiba, pela capital do Estado do Paraná a partir do momento da implantação da região metropolitana de Curitiba e a partir da implantação da cidade industrial de Curitiba. E a maior ditadura que pode acontecer é a ditadura econômica e a ditadura da Lei. Durante muitos anos deixaram Londrina e a região metropolitana de Londrina sem a consolidação de um parque industrial forte e sem a consolidação da nossa região metropolitana, como uma forma jurídica engendrada pelos Governos anteriores de engessar o desenvolvimento econômico de Londrina.

Então, neste momento, quero parabenizar, não só a V.Exa. mas aos Deputados José Tavares, Deputado José Maria, Deputado Eduardo Trevisan que pela força política do Governo Jaime Lerner vai instalar e criar a região metropolitana do Norte do Paraná.

Seremos com certeza uma metrópole, porque de fato já somos, seremos agora, de direito. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. José Tavares

V. Exa. me concede um aparte?

Deputado Alborghetti, quero manifestar a minha gratidão pelas colocações elogiosas de V.Exa. a meu respeito, não somente neste como em outros pronunciamentos, bem como no seu programa, que é líder de audiência e que já tive a honra, por inúmeras vezes de dele participar.

Quero também me somar a esta iniciativa que, em conjunto nós Deputados da região, apresentamos a esta Casa exatamente com a visão que acaba de colocar aqui o Deputado Durval Amaral. O mundo está se globalizando, os países da Europa estão se unindo e nós aqui, para não dizer tardiamente, mas em boa hora vamos também nos globalizar, em termos regionais.

A partir do momento em que nós, Londrina e eu me permitiria dizer as cidades satélites de Londrina, Cambé, Rolândia, até Arapongas, Ibiporã, Jataizinho. E quando V.Exa. falava que Cambé é a cidade mãe permita-me V.Exa. dizer que Jataizinho é a cidade mãe do Norte do Paraná! Cidade por onde passou e recebeu D.Pedro, que é uma cidade que parou no tempo e no espaço. No entanto esta

questão da conurbação da região metropolitana é não só um mérito de Londrina mas é uma questão de justiça a estas cidades todas a que nos referimos aqui.

Portanto quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar o vice-prefeito Alex Cansiani, aqui presente, participando do encaminhamento deste projeto, porque sei do interesse de V.Exa. pela sua aprovação. Nós já conversávamos a respeito desta matéria há alguns meses atrás e eu já sentia em V.Exa. em ver esta matéria aprovada e sancionada pelo Governador do Estado. Os benefícios, nobre Deputado Alborghetti, são enormes. É uma unificação das populações das cidades que convivem em torno de Londrina. E nós é bom que todos os colegas saibam disso ao aprovarmos uma matéria como essa, nós não estaremos apenas beneficiando a nossa grande capital do Norte, que é Londrina. Mas estaremos estendendo os benefícios dessa conurbação a todas as populações que habitam, vivem, trabalham e habitam em torno da Metrópole maior que é Londrina.

Portanto, por uma questão de justiça, gostaria de fazer este registro nesta hora, e também parabenizar V.Exa. por ter trazido uma matéria tão relevante quanto essa à discussão. Espero que amanhã, a nossa querida Comissão Executiva coloque na Pauta dos trabalhos desta Sessão esta matéria, para que nós, em conjunto, possamos aprová-la e com isso resgatarmos uma grande dívida que o Paraná tem com a Região Metropolitana de Londrina, dando a mesma, de direito, esta condição de Metrópole e de Região Metropolitana, de tal maneira que possa receber benefícios e estendê-los as populações que moram, vivem e trabalham naquela progressista região.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Para mim é uma satisfação, porque quando vejo projetos importantes nesta Casa, lembro-me do Projeto de Tamarana, do Deputado Orlando Pessuti. Votei e voto. Quando o Deputado Neivo apresentou o projeto criando os mananciais de todo o Paraná, votei com o coração aberto porque é um projeto sério do Deputado Neivo Beraldin.

Quando vem projeto de qualquer que seja o Deputado é bom você discutir. Por exemplo, quando o Deputado Toti sobe a tribuna para falar sobre o municipalismo, quando o Deputado Neivo Beraldin fala sobre o último Projeto, que casou polêmica: "a mim não causou", votei porque achei que deveria votar, ele me convenceu, me trouxe a matéria.

Então, não estou querendo convencer os Senhores, não. Se houver um Projeto de interesse a

Foz do Iguaçu, a Ponta Grossa a Ibiporã, terra do meu querido Deputado José Maria Ferreira. Estou dizendo que esse Projeto não é meu. Esse Projeto que é do Deputado José Tavares, José Maria Ferreira, Durval Amaral, Alborghetti, Orlando Pessuti, Takayama: é de todos nós, porque não adianta eu e o Deputado José Maria Ferreira apresentarmos um projeto, se o grupo de Deputados não aprovarem.

Então, o projeto não é nosso, não é política. Tenho pavor desse negócio. Então, é a Assembléia Legislativa que está criando a Região Metropolitana de Londrina.

O Sr. Neivo Beraldin

Quero cumprimentar V. Exa. pela proposta que apresenta na Assembléia Legislativa e quer traz à baila uma discussão muito oportuna, porque a nossa população está cada vez mais morando nas grandes metrópoles.

Então, se a população começa crescer nas metrópoles, começam crescer também os problemas. E esses não cessam nas divisas. Se você olhar de cima de Londrina, você vai verificar que basicamente a Região de Londrina é uma cidade só e que os problemas são comuns. Então, a idéia da Região Metropolitana de Londrina é uma idéia inteligente. E acrescento mais: acho que seria oportuno nós pensarmos em criar a Região Metropolitana de Maringá, Cascavel.

Acho que V.Exa. poderia inserir nesse mesmo bonde, que é o bonde da nossa história atual, essas duas regiões. Gostaria também de cumprimentar V.Exa. por essa visão macro da evolução que tem a nossa grande Londrina. Dizer da importância que têm a cidade de Londrina para o Paraná, enfim, a importância que têm os Deputados que representam aquela região do Norte do Paraná, que é V.exa., Tavares, o Durval, José Maria e tantos outros, Eduardo Trevisan, todos vocês que são verdadeiros representantes daquela população, que vocês tenham o pulsar daquela região e vocês representam com muita dignidade e com uma visão positiva, na certeza de estar fazendo o melhor para aquela região. Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Alborghetti, pelo oportuno Projeto que tem o nosso apoio. Muito obrigado!

O Sr. Orlando Pessuti

Certamente, que, talvez não seja a hora de criarmos a Região Metropolitana de Ivaiporã, mas outro projeto que tramita na Sessão de hoje, no item nº 07 de autoria do Deputado Anibal Khury, certamente, permitirá a nós fazermos algumas coisas através desta possibilidade de se implantar o consórcio intermunicipal para solução de problemas comuns, muitas vezes intransponíveis por um único município.

Então, acredito que a discussão de hoje, ela é muito oportuna, e há muito tempo estamos pensando e falando a respeito dessa necessidade, de se ter a Região Metropolitana de Londrina criada, para que a gente possa, buscando em cima dessa conurbação existente entre Londrina e outra cidade, promover uma perfeita integração de diversas ações municipais capitaneadas pela nossa capital do Norte do Paraná, a capital outrora mundial do café, a nossa querida cidade de Londrina. E essa idéia de se criar a Região Metropolitana, ela vem de há muito tempo sendo acalentada de fato. Eu me lembro que nem Deputado éramos, e que já se falava na METRONOR, a Metrópole Linear do Norte do Paraná, começamos de Ibiporã indo a Paçandu, adiante de Maringá. Então, nós do Norte do Paraná, realmente temos que lutar por isso, temos que trabalhar em favor disso.

Apenas, gostaria de aproveitando esse espaço que V.Exa. me dá, discordar de um ponto anotado na pronúncia do Deputado José Durval de Mattos Amaral. O Deputado Durval Amaral, na minha opinião não foi justo ao dizer que os Governos anteriores com suas ações tentaram engessar o desenvolvimento do Norte do Paraná. Eu não concordo com essa afirmação, porque nos Governos de José Richa, João Elisio, Álvaro Dias, Ari Queiroz, Roberto Requião e Mário Pereira, dentre outros, nós tivemos como Secretários de Estado e que significa apoio político para a região, nós tivemos o Cordoni, tivemos Heinz, tivemos o Gil Ney, tivemos o Brasília, Gabardo, Haully, Homero, Tavares, Chiquito Deliberador e o próprio Deputado Durval Amaral. Vejo que nos três Governos anteriores, de Richa, Álvaro e Requião, a região Norte do Paraná, capitaneada por Londrina, ela teve sim, uma participação política efetiva. Não posso concordar portanto, que teve tentativas do Richa, do João Elisio, do Álvaro, do Ari, do Requião ou do Mário Pereira, de engessar o desenvolvimento de Londrina ou do Norte do Paraná, capitaneado pela nossa querida Londrina.

Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só queria dizer a V. Exa., Deputado Orlando Pessuti, que já está na hora de V.Exa. pensar em assumir os destinos da Cidade de Ivaiporã como Prefeito. Lembro-me da Cidade de Ivaiporã, Deputado Orlando Pessuti, quando do Dr. Paulo Pimentel transmitia a Rede Globo, não sei se V.Exa. se lembra, o Fiori Luiz apresentava o Jornal. Então naquela época, quem transmitia a programação da Globo, era o Grupo Paulo Pimentel. E, naquela época saiu uma propaganda enorme de Ivaiporã. Quando vi aquela propaganda de Ivaiporã, aquele Marketing, eu senti uma vontade louca de conhecer Ivaiporã, tanto é que eu fui buscar a minha esposa

em Ivaiporã. Nasceu em Cambé e estou casado há vinte anos com a Maria Auxiliadora, mãe do Luiz Eduardo, meu filho.

Então, Vossa Excelência se prepare para voltar. Seria o primeiro a subir em seu palanque.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte que me concede.

Gostaria de parabenizá-lo pelo assunto que aborda, porque com propriedade e força, que é próprio de Vossa Excelência, vem trazer para discussão um projeto que remonta de maior importância para a Região de Londrina nessa legislatura.

A aspiração da Região Metropolitana ainda remonta o Projeto METRONORTE. Porque era a Região Metropolitana linear entre Ibiporã e Paçandu, ainda no Governo José Richa. É uma aspiração antiga que, com certeza, não virá só para dar o "status" de Região Metropolitana, mas virá sobretudo, trazer a unidade, o planejamento. E o que é importante o planejamento institucional desta Região na ocupação do solo; nos recursos hídricos; no estabelecimento de relacionamento entre pessoas, na constituição de parques industriais. Isso tudo vai permitir à Região Metropolitana além desse processo de integração, a questão dos telefones, poderá permitir que nós, em breve, possamos unificar as tarifas no impulso, o que hoje dificulta tanto o comércio de Londrina como o de Cambé, Ibiporã, Arapongas, Rolândia e Jataizinho.

Parabéns, esperamos poder estar juntos no dia da promulgação desse Projeto de Lei. Muito Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Vossa Excelência não precisava nem falar, conheço o Senhor. Ibiporã lhe deve muito. Vossa Excelência deu a vida por Ibiporã. Posso falar isso, porque lhe conheço. Prezo três itens básicos na minha vida: honra, caráter e lealdade. Os três Vossa Excelência tem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Obrigado pela oportunidade que me dá nesse momento.

Impressiono-me com os grandes oradores desta Casa, e pode ter certeza que é grande a minha admiração por Vossa Excelência, quando toma a causa e a defesa de projetos como esse que, com toda a certeza, irá trazer um benefício histórico para a Região de Londrina.

Gostaria de solicitar a Vossa Excelência que eu também possa consignar a minha assinatura nesse Projeto de Lei. Por ter nascido na Região de Rolândia, sendo um paranaense de pé-vermelho, convivido com os problemas da Região metropolitana de Londrina, passando parte da minha infância e juventude, nos tempos em que os veículos encailhavam no seco, devido as próprias características regionais da geografia, não posso me ausentar nesse momento de parabenizar Vossa Excelência e pedir para me incluir junto nesse projeto.

Quero dizer a V.Exa. que tenho participado das questões políticas, talvez num âmbito um pouco menor, pela minha própria natureza de descendentes de japoneses e com isso já herdo a timidez natural do oriental, mas nem por isso sou menos batalhador e menos preocupado com as questões de uma região onde tenho profundo sentimento de amor e que tenho também recebido apoio de uma boa parcela daquela região. Por isso quero parabenizar V.Exa. mas pedir que possa participar desse momento histórico desse projeto de lei que vai alavancar o desenvolvimento da integração desta região que merece há muito tempo.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Nesta Casa, quanto mais vivo, mais aprendo.

Gosto dessa Casa, porque quando o Romanelli vai à tribuna, vocês sabem que do lado de cá está o Rossoni. Começam os debates. Isso é que é lindo no Parlamento. O Romanelli defendendo os seus ideais e o meu líder, defendendo os seus ideais.

Quando o Deputado Caíto pega um projeto....! Eu conheço o Caíto Quintana. Esta bandeira eu conheço. Aprendi muito com ele! Quando o Caíto vai à tribuna, vocês já sabem que ele já vem preparado, embasado. Ele mastigava a comida 365 vezes, é como se fosse o ano inteiro. Você tem que estar preparado para debater. Quando Nereu vai lá, vai para dar uma cacetada! Dá cacetada até despencar. Quando o Zuk vem aqui, é a mesma coisa. Quando o Takayama vem, quando o Pessuti vem. Quando o Dr. Rosinha vem para a tribuna, Dr. Florisvaldo Rosinha Fier. Apresentei um projeto nesta Casa, criando a Casa da Mulher. O Dr. Rosinha apresentou outro projeto importantíssimo, da mesma maneira. Eu não sei porque o projeto não vingou. Tantas mulheres espancadas e violentadas neste Estado e o projeto do Dr. Rosinha não foi aprovado. As vezes fico magoado com essas coisas! São projetos importantes.

Então, Deputado Takayama e os que estão presentes nesta Casa, queremos, como Curitiba criou a Região Metropolitana e o prefeito Cássio,

quando participa das reuniões, ele impõe, ele grita pela Região Metropolitana.

Quando o Deputado Hélio Rusch vem aqui para defender o oeste. Não está defendendo o povo que o elegeu, que lhe paga para vir aqui defender os anseios do oeste do Paraná.

Quando a Deputada Irondi sobe à tribuna, não está só defendendo a minha esposa, a minha filha, a Bárbara minha neta. Está defendendo não só as mulheres de Arapongas. A Deputada Irondi, que vai ser uma grande Deputada em Brasília eu não queria não. Queria que ela ficasse aqui e fica aqui até a hora em que quiser. Em outro dia, na televisão, falei sobre ela: é uma grande parlamentar e tem que ser respeitada. Aliás, gostaria de ver metade dessa Assembléia, lotada por mulheres, porque eu queria ver os homens darem uma de machista e tal! Então, a Irondi defende as mulheres do Paraná, mas defende os homens do Paraná também.

Lembro-me de um discurso do Deputado Luiz Carlos Martins nesta Casa. Esta Casa estava pegando fogo, na outra Legislatura. A Deputada Emilia estava sentada aqui, o Élio Rusch e, estava um clima tenso na Assembléia. O Deputado Luiz Carlos Martins, calmo, sossegado, começou a navegar pela Catedral de Aparecida, começou a navegar numa série de poemas de grandes poetas... Senhores, quando ele terminou o pronunciamento, a Assembléia, parece que o Deputado Luiz Carlos Martins jogou um sal grosso, cebola, alho e a Assembléia ficou calma, tranqüila e eu jamais me esqueço daquele pronunciamento. Este Parlamento é lindo!

O projeto não é meu, o sonho é meu de vereador. O projeto é da Assembléia: Alborghetti, Tavares, Durval Amaral, José Maria, Eduardo Trevisan e Vossa Excelência pode assinar conosco.

Se eu fosse um canalha na política eu falaria: - Não, o que tem esse homem a ver com essa região? Não! Quero que todo mundo assine, quero que todo mundo diga que ajudou a criar a Região Metropolitana de Londrina.

O dia que o Deputado Edno quiser criar a Região Metropolitana lá de Cianorte vou apoiá-lo, todos nós. Então, para mim, é uma satisfação.

Muito obrigado pelo tempo que tomei de Vossa Excelências, Deputado Renato Adur, este coração maravilhoso, esta alma branca, serena que eu tenho um outro projeto criando o Hospital da Vida do Paraná, para salvarmos os dependentes de drogas e criando o cursinho gratuito, que eu criei na primeira legislatura e o Governador Álvaro Dias, muito inteligente, usou na sua campanha política e eu encontrei com ele e disse: Ué, você não quis sancionar o meu projeto mas usou na sua campanha.

Então, é muito bom. Fico feliz de ter desabafado. Deputado Annibelli, esta bandeira também,

este coração maravilhoso que eu gosto muito, respeito muito Todos os Senhores. Acredite, esta é uma grande Assembléia, os Senhores são valorosos Deputados. Se orgulhem de trabalhar neste Parlamento, porque este é o Parlamento mais importante da nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cláudio Romanelli)

Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PMDB concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente registrar com satisfação a presença, entre nós, do Vereador de Ivaiporã Nilton Coelho, do Senhor Getúlio e amigos nossos daquela comunidade. E também registrado nos anais da Casa, a presença entre nós hoje, do ex-Vereador, ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual, e certamente futuro Deputado Estadual pelo PMDB, o nosso amigo José Domingos Scarpelini, da nossa querida cidade de Apucarana.

Senhor Presidente, ocupo a tribuna no horário do PMDB, para ressaltar um fato que está acontecendo no dia de hoje, que reporto da maior importância para todos nós. É a marcha dos Prefeitos à Brasília.

Nós, que estamos nesta Casa, há 15 anos e alguns meses, já tivemos oportunidade de em muitas ocasiões representar o Poder Legislativo do Paraná, em reuniões de Prefeitos, de lideranças municipalistas, que aconteceram ao longo desses 15 anos por todo esse Brasil.

Mesmo em Brasília já estivemos por diversas oportunidades participando de movimentos reivindicatórios dos Prefeitos e lideranças municipalistas, porque entendemos que a gestão pública mais importante é a gestão pública municipal. É o trabalho desempenhado pelo Vereador, pelo Prefeito, pela equipe administrativa de uma prefeitura, porque esse grupo de pessoas agem administrativamente bem próximo a pessoa a quem se destina aquele serviço público.

E quando ocorre uma marcha como esta à Brasília dos Prefeitos Municipais e lideranças municipalistas de todo o Brasil, eu não poderia de em nome do meu Partido PMDB, deixar de aqui registrar a participação de inúmeros Prefeitos do Paraná e a participação representando este Parlamento, do nosso companheiro Toti Colaço Deputado Estadual do PMDB, que preside nesta Casa o Bloco Parlamentar Municipalista.

O Toti Colaço, designado que foi pela Assembléia Legislativa, encontra-se em Brasília, desde a

noite de ontem, participando de todo o processo de organização, de mobilização e de reivindicação dos Senhores Prefeitos Municipais.

Apenas, para conhecimento do Plenário e para que fique registrado nos Anais da Casa, passo aqui a relatar as reivindicações que serão levadas à consideração das autoridades federais no dia de hoje, no dia de amanhã pelos Senhores Prefeitos e demais lideranças municipalistas.

Item nº 1:

Que seja ampliado para 33% a participação dos municípios no Fundo de Participação dos Municípios. Hoje, esta participação é de apenas 22,5%.

Item nº 2:

Que seja repassado 100% do valor do IPVA aos Municípios. Hoje, 50% fica para o município e 50% fica para o Estado.

Item nº 3:

Que haja a compensação dos encargos da previdência própria versus INSS.

Quando foi votada a Constituição de 1988 estabeleceu-se o mecanismo da compensação desses encargos, para justamente suprir os municípios que adotaram o seu sistema de previdência própria, de recursos suficientes para bancar a aposentadoria ou a pensão dos seus servidores.

Porque, afinal de contas, muitos dos servidores municipais pagaram diversos anos encargos ao INSS, mas com a criação do fundo de Previdência Municipal, eles vão ser aposentados pela Previdência Municipal, então há a necessidade de que ocorra rapidamente essa compensação de encargos da Previdência Própria Municipal com a Previdência Nacional do INSS.

Que seja repassado no mínimo 70% do salário educação diretamente para o município.

Multa abusiva para os débitos do FGTS, que hoje se cobra 40%, os municípios querem que seja eliminado.

O Fundo Nacional dos Transportes, 20% para os municípios aplicarem na conservação de estradas vicinais, hoje não se repassa nada.

A criação de uma décima terceira parcela do FPM, todos nós sabemos que os municípios têm como encargos nas suas folhas de pagamento 13 salários, 12 normais mais o décimo terceiro e, no entanto, recebe repasse da União, apenas 12 repasse de fundo de participação.

Também querem discutir a rolagem da dívida dos municípios por, pelo menos, 30 anos, já que esta é a condição que está sendo dada aos Estados, é a condição que está se dando aos bancos na rolagem das suas dívidas.

Então, os municípios que tem também o mesmo direito de rolar as suas dívidas por, pelo menos, 30 anos e o aumento do valor do PABS, com

destinação de 50% da arrecadação do CPMF para os municípios custearem a saúde, o PABS para quem não sabe, é o Programa de Atenção Básica da Saúde.

Então, são essas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as principais reivindicações que os Senhores Prefeitos e Lideranças Municipalistas e o nosso Deputado Toti Colaço estarão levando no dia de amanhã a Brasília na marcha de Prefeitos àquela Capital.

Era esse o registro que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins).

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

Antes do Deputado Luiz Carlos Zuk usar da tribuna eu queria anunciar aqui, a pedido do Deputado Caio Quintana, as presenças dos Vereadores de Realeza: Noimar Ranpanelli e Zomair Zuk.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Primeiramente cumprimentando o Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelo seu projeto da Região Metropolitana de Londrina, que é um projeto semelhante ao ilustre Deputado Joel Coimbra que apresentou juntamente com o Marquinho Alves e com outros representantes e Maringá, a Região Metropolitana de Maringá e que nós outros apresentamos também para dividir os quadrantes de um sentido equitativo nesse Estado à Região Metropolitana dos Campos Gerais, com sede em Ponta Grossa.

Acredito e tenho certeza absoluta que este Plenário não faltará com Ponta Grossa, Londrina e muito menos com Maringá. Aí sim, teremos nesses 4 locais do Estado do Paraná o desenvolvimento equilibrado e não uma concentração de toda a industrialização na Região Metropolitana de Curitiba.

Mas, o que nos traz, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é realmente aquela briga nossa, do Pessuti, do Conselho Parlamentar do Sul na defesa do nosso querido BRDE.

Passou o Banco por algumas dificuldades, mas hoje é com satisfação que aquele início feito pelos Governadores do nosso Estado, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, quando fundaram aquele banco, deram mostras de que era viável tecnicamente e economicamente possível que o BRDE fosse o que é, como nós iremos relatar nesse instante à Casa creditícia desta Nação que se encontra com um patrimônio sólido e com investimentos na área social, na geração de empregos, que realmente faz inveja a todo esse País.

Na dificuldade em que nos encontramos, na crise financeira em que se apresenta em todo o solo pátrio, o BRDE no ano de 1977 contratou oito mil,

oitocentos e vinte e sete operações de créditos, colocando à disposição do setor produtivo do nosso Paraná, de nossa Santa Catarina e do nosso Rio Grande do Sul, quinhentos e quarenta e dois, quatro milhões de reais.

Se o próprio BRDE é o Banco no qual permitiu a Região Sul que absorvesse investimentos totais de novecentos milhões de reais, gerando sessenta e três mil novos empregos ao Paraná, Santa Catarina e ao Rio Grande. E o balaço do Banco, o que mais nos entusiasma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que o BRDE apresentou um lucro líquido em 1977 de oito milhões e seiscentos mil reais, somente no primeiro semestre o lucro foi de seis milhões e setecentos mil reais, o que faz valer aquela perseverança nossa quando alguém menos avisado fazia com que algumas críticas fossem dirigidas ao banco e alguns outros também, interessados em outros sentidos que não fossem o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, falam até em fechamento do Banco, e agora, quando esta Casa que nos honra com a sua representação no Conselho Parlamentar do Sul onde passamos como Presidente e hoje, na qualidade de vice-Presidente do COPASUL é com satisfação que nós, irmanamente com o CODESUL que é o Conselho dos Governadores destes Estados juntamente com o Mato Grosso do Sul, temos este prazer de dar esta notícia a este Parlamento que realmente o BRDE é uma realidade sólida e economicamente viável ao quadrante Sul desta Nação.

Tal assertiva, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é muito importante pelo fato de nossa Região ter, no planejamento Regional do nosso Banco BRDE, uma imagem que poderia ser copiada pelo Nordeste, pela SUDENE, por todos aqueles órgãos que realmente têm mais atenção do Governo Federal do que o quadrante sul desta Nação.

Se colocarmos os investimentos auferidos pelo sul do País, que é uma área produtiva que realmente empresta a esta Nação a grandiosidade que ela ostenta e nossos irmãos do Nordeste o que recebem em relação a nós do Sul, é realmente de uma proporção de oito por dois ou de sete por três.

Aí, portanto, nós neste instante, além de cumprimentarmos a Direção na pessoa do paranaense Fernando Fontana, que honra a Direção daquele Banco, todos os seus pares de Diretorias, queríamos neste momento congratularmos com este Parlamento que numa das moções por nós apresentada, quando pedíamos o apoio ao BRDE, espontaneamente a totalidade dos 54 Senhores Deputados que fazem assento nesta Casa assinaram e deram o aval político e hoje eu trago os números econômicos e financeiros daquela instituição.

Este Parlamento não errou e continuará não errando dando apoio àqueles que realmente dão ao

Sul do País aquele desenvolvimento que nós necessitamos.

Obrigado, Senhor Presidente, Obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins).

Com a palavra a Liderança do PSN, Deputado Emerson Nerone. E, convido o Senhor vice-Presidente Luiz Carlos a assumir o comando dos trabalhos.

O SR. EMERSON NERONE.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dias destes, o Deputado Edson Silva Lino trouxe ao conhecimento da Assembléia Legislativa através desta tribuna, a denúncia de uma tortura feita por um Delegado da Polícia Civil do Paraná, dentro de uma Delegacia de Polícia.

Hoje, venho trazer a esta Assembléia a denúncia de torturas também ocorridas dentro dos quartéis da Polícia Militar do Paraná e, de forma mais espantosa ainda, ocorrida contra membros da própria instituição da Polícia Militar do Paraná.

Vou ler o meu ofício enviado à Comissão dos Direitos Humanos da OAB, Seção Paraná e posteriormente a resposta que a OAB nos encaminhou.

(Lê):

"Curitiba, 16 de abril de 1998.

Senhor Presidente:

Utilizamos o presente a fim de passar às mãos de Vossa Senhoria, Declarações dos Policiais Militares Adelino Gomes de Moraes, Carlos Osmar Alves, José Berto da Silva Filho e Paulo Lucas de Lima que estavam lotados no 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná, na cidade de Maringá.

Os referidos policiais foram acusados de formação de quadrilha. Contudo, como não havia provas, os mesmos foram algemados e trazidos para QG da Polícia Militar em Curitiba, onde foram torturados até confessarem o roubo de veículos.

Da tortura imposta aos policiais militares por integrantes do Grupo Águia de Curitiba, restaram seqüelas no corpo do Policial Paulo Lucas de Lima, conforme fotografias que acompanham as declarações do referido policial militar. Cabe salientar que o policial Paulo Lucas de Lima ainda está gozando de licença médica em razão da fratura do osso esterno e ruptura do tímpano do ouvido esquerdo, apesar da Polícia Militar do Paraná ter determinado a feitura de laudo médico no qual nenhuma lesão foi constatada no mencionado policial.

O policial Paulo Lucas de Lima anterior à tortura, tinha um machucado no peito, resultado de um acidente anterior, mas não havia fratura do esterno. Dessa forma, durante a tortura, os torturadores disseram que bateriam em cima do machu-

cado, quando provocaram a fratura apresentada agora pelo referido policial militar.

Os policiais militares supramencionados tiveram os respectivos direitos violados. As questões pertinentes às acusações injustas sofridas estão sendo discutidos em sede judicial competente.

Entretanto, o crime de tortura perpetrado por policiais militares deve ser apurado, posto inadmissível essa forma de obter confissão de crime.

Com esta denúncia de tortura, os policiais militares denunciadamente correm perigo de vida. Assim, solicitamos a essa Comissão de Direitos Humanos, seja-lhes oferecida garantia de segurança.

Estendemos esse pedido, hoje, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

A

Comissão de Direitos Humanos da
Ordem do Advogados do Brasil-Seção Paraná
CURITIBA-PR"

E nesse momento quero pedir à Liderança do Governo e ao Deputado José Tavares, e aos integrantes da Comissão de Direitos Humanos, entre outros, Deputada Rosinha e demais integrantes da Comissão, Deputado José Tavares, que tem regimentalmente a obrigação de convocar a comissão aos trabalhos para que também a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa garanta a esses policiais segurança e posteriormente um acompanhamento desse processo.

(Lê):

"Estamos à disposição dessa Comissão caso entendam necessárias mais informações sobre o assunto.

Infelizmente, aqueles que deveriam manter a ordem, zelando pela segurança pública, nem sempre estão aptos para o desempenho de função tão essencial para a manutenção do Estado de Direito.

Consideramos fundamental a apuração dos fatos e a punição dos torturadores, bem como a responsabilização do Estado, que deve zelar pelo respeito aos direitos inerentes da pessoa humana, expurgando dos respectivos quadros profissionais que não coadunam com esses princípios.

Tortura jamais!

Sendo o que temos para a oportunidade e na certeza da atenção de Vossa Senhoria, firmamo-nos atenciosamente.

(a) EMERSON NERONE"

Eis a resposta da Comissão de Direitos Humanos da O.A.B.

(Lê):

"PROCESSO Nº 605/98

Senhor Presidente.

Os fatos narrados representação formulada nestes autos são de extrema gravidade, estando a merecer especial atenção desta Comissão. Alega-se que policiais militares lotados em Maringá, conduzidos a Curitiba sob a acusação de prática de crime, teriam sofrido tortura por parte de outros policiais, quando da tomada dos depoimentos. Foram juntados documentos, declarações, atestados médicos e fotografias.

Assim, visando a apuração dos fatos para, depois, sugerir as medidas a serem adotadas, opinamos pelo adoção das seguintes providências preliminares:

a) A expedição de ofício à Procuradoria de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando-se cópias de inteiro teor do contido nestes autos, solicitando a determinação da abertura de inquérito policial, perante a autoridade competente;

b) A expedição de ofício ao Comando da Polícia Militar do Paraná, solicitando a abertura de inquérito administrativo, para a apuração dos fatos noticiados nesta representação, requisitando-se informações acerca das medidas que já foram eventualmente adotadas.

Curitiba, 11 de maio de 1998.

(a) CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO

Parecer da O.A.B.

Os torturadores são:

- Major Neves,
- Tenente Tavares,
- Sargento Martins.

Quanto aos mandantes, cabe a este parlamento investigar e afastar dos quadros da P.M. para que sejam julgados como bandidos que são".

Portanto, este relato vem apenas reforçar uma tese antiga e que perpassa já há vários Governos dentro do Estado do Paraná. É a tese de que não há a possibilidade de termos uma polícia profissionalizada em segurança enquanto tal polícia estiver sobre o regimento do Exército, sobre um regime de disciplina de Exército, o famoso R.D.E..

A nossa proposta formulada há anos anteriores, entregues ao Comando da Polícia Militar do Paraná, é uma proposta de regimento disciplinar próprio para a Polícia Militar do Paraná, jamais foi discutida pelo comando ou pela Secretaria de Segurança desse Governo, daqueles secretários que passaram pela Secretaria de Segurança.

Essa prática de tortura que existia durante o Governo Militar continua a existir hoje, da mesma forma do que no final dos anos 70, 80 e 90 e continua a existir no final e na proximidade do ano 2000, dentro dos quartéis da Polícia Militar.

Há locais indicados nestes documentos, onde as torturas são efetuadas e a forma como elas são efetuadas. Há os nomes, e, aqui, quero declarar que os nomes são: o Major Neves, de Curitiba, o Tenente Tavares, também de Curitiba, e o Sargento Martins. Todos da Polícia Militar do Paraná. Esses três torturadores já foram acusados anteriormente por outras vítimas de tortura dentro do Quartel General da Polícia Militar. É possível que os comandos anteriores, dos outros governos, da Polícia Militar do Paraná, também não tenham conhecimento de que esses homens são torturadores. Aí é uma outra acusação de incapacidade administrativa desses homens.

Caso eles tenham o conhecimento, já que é feito dentro do próprio comando, do Quartel General da Polícia Militar do Paraná, que esses comandantes possam ser responsabilizados, porque estavam juntos com os torturadores na medida em que chefiavam as operações e que deveriam ter de fato o comando sobre esses homens.

Pedimos ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, o afastamento imediato dos homens que são acusados pela Comissão de Direitos Humanos, agora, da O.A.B.. Esses homens não acusados apenas pelos torturados, mas pela Comissão de Direitos Humanos, da O.A.B., que está investigando. Esses homens são: Major Neves, o Tenente Tavares e o Sargento Martins. A acusação de torturadores pode não ser, posteriormente, de fato, comprovada. Mas a Comissão de Direitos Humanos, estando a serviço dela, fazendo uma investigação em cima desses homens, seria muito estranho que se mantivessem esses homens nos quadros da Polícia Militar.

Pedimos que esses homens sejam de alguma forma penalizados ou afastados para que haja mais independência com relação aos procedimentos da O.A.B..

O Sr. Valdir Rossoni

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ouvia o seu pronunciamento e gostaria que, depois, Vossa Excelência entregasse essa documentação. Vou levar essa preocupação ao Secretário de Segurança e pedir para que ele tome as providências cabíveis para o caso. E também peço uma atenção toda especial à Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado José Tavares, que tem tido uma atuação brilhante nesta área, para que também investigasse a questão para tomar as providências, porque não podemos concordar com isso.

Era só isso. Agradeço.

O SR. EMERSON NERONE

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni. Queria reafirmar, diante dessa colocação, porque exatamente cabe ao Parlamento investigar e afastar dos quadros da Polícia Militar, para que sejam julgados como bandidos aqueles que comprovadamente forem torturadores.

Uma forma simples de comprovarmos que há um local de tortura no comando da Polícia Militar, era que naquele espaço reduzido, onde se encontra o comando, há uma sala permanentemente vazia, reservada a sessões de torturas como essas que aconteceram. E, pegando casos anteriores de pessoas torturadas, os jornais do Paraná, a sua grande imprensa, trouxeram exatamente esses nomes dos torturadores. Não houve uma combinação por parte dos torturados de quanto à citação de determinados nomes. É fato, de que há pouco tempo, o caso Celina Abagge, lá de Matinhos, a denúncia de tortura naquelas mulheres direcionaram toda a tortura exatamente para esse Major Neves, na época Capitão se não me engano, depois foi promovido a major, isso é um contraditório. De forma alguma houve combinação destes fatos, ninguém acusa um homem de torturador só porque ele já foi acusado anteriormente.

Não há acusação só por parte destas duas mulheres que, independente do crime que cometeram ou não, e não há acusação por parte desses homens, que justifique a ligação desses nomes ou que explique a ligação desses nomes.

Com o aparte Deputado Rosinha.

O Sr. Rosinha

Quero contribuir com este debate. Na legislatura passada, há cerca de 4 ou 5 anos atrás, fui procurado por um cidadão, de São Paulo que caminhando pelas ruas de Curitiba foi detido como suspeito por pessoas sem uniforme, com roupa civil. Detido foi colocado num carro e conduzido para um local aonde foi torturado, ele não era daqui, não sabia que local era aquele. Me procurou e antes de chegar ao nosso gabinete, com o irmão dele, andou em todas as delegacias da cidade para conhecer o local. Na hora em que, transitando pela cidade para ir de uma delegacia a outra, passaram pelo comando da Polícia Militar, na Mal. Floriano, e ele disse: "Foi aqui que fui torturado".

Estive lá, na ocasião, fizemos a denúncia, e como eles dizem e disseram na época que fizeram um Inquérito Policial Militar. É lógico acabou não dando em nada, Inquérito Policial Militar entre eles mesmos raramente dá alguma coisa a não ser que seja muito grave ou tenha muitas diferenças entre eles na disputa de poder, de comando. Muitas vezes inclusive mesmo o Inquérito Policial Militar conclui alguma coisa e o comandante da Polícia Militar, através da assessoria dele dá outro rumo à interpre-

tação daquilo que foi conduzido. Conheci isto perfeitamente quando presidi a CPI da Polícia Militar.

Estas denúncias são sérias, seriíssimas, acho que é a oportunidade agora quando alguns soldados tiveram a coragem de denunciar a própria corporação, deram nomes... porque antes era assim: "Não a fulana é acusada de assassinato, ela quer inventar para se livrar". Ou: "O outro era um crioulinho que andava pela rua de Curitiba, é suspeito, é negro". Era mais ou menos o que eles levaram chamando de crioulinho, de uma maneira racista e pejorativa ele foi tratado. Mas agora a questão está dentro da própria corporação, é o momento do Governo acabar com este método atroz, violento, desumano conduzido pela Polícia Militar do Paraná há anos. E a corporação é responsável por isso, alguns por saberem se omitem, outros, quando denunciados não se apura e os que cometem. Então os envolvidos, de uma maneira ou outra são inúmeros, por não apurar, por se omitir, por esconder e por torturar, a responsabilidade é de todos eles.

Acho que o comandante da Polícia Militar e o Secretário da Segurança Pública devem vir a esta Casa, propomos que o Deputado Rossoni faça o convite para eles virem aqui e nos expliquem, não só este, mas exponham todos os casos que eles sabem que existem e o que eles fizeram para apurar estes casos. Porque os casos de tortura no nosso Estado são inúmeros.

Achar que não existe torturas nas delegacias de polícia civil é querer não enxergar. Os direitos humanos são desrespeitados nas delegacias, nas prisões e nos quartéis do nosso Estado. Não é de agora, é de muitos anos, quando tinha presos políticos que tinham coragem eles denunciavam, esses, como não encontram muita resposta na sociedade porque as vezes cometeram algum crime, se sentem até com medo de fazer a denúncia. Mas acho que temos que trabalhar...

O Sr. Florisvaldo Fier

Acho que temos que trabalhar com isso, e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa tem que agilizar o mais rápido possível, essas e outras questões a serem esclarecidas.

O Sr. Durval Amaral

Gostaria de indagar a...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

Gostaria de saber do Deputado que ocupa a Tribuna, o horário que ele usa nesse instante.

O Sr. Emerson Nerone

O horário do PSN, do PT e PSDB, cedido pelo Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. Durval Amaral

Gostaria de indagar a Vossa Excelência se essas pessoas, vítimas de tortura, elas efetivamente tomaram as providências legais, de qualquer pessoa que seja vitimada, representando criminalmente por abuso de autoridade, à vista que o crime de tortura está expressamente previsto hoje no Código Penal.

O Sr. Emerson Nerone

Não sabendo qual o procedimento correto a adotar eles procuraram esse Deputado e encaminharam um pedido formal a O.A.B. com os seguintes documentos: declaração de cada um dos soldados, com fotografias, cópias, atestados médicos, mandados de prisão, alvará de soltura, notícias jornalísticas e comprovante de residência, uma vez que cada um deles foi transferido para o Comando da Polícia Militar do Paraná.

Esses soldados foram acusados na imprensa de Maringá da Região pelo Comandante, Coronel da Silva - um homem com uma inabilidade que causa inveja a qualquer homem de pouca inteligência, diria assim e também por um outro sargento. Foram acusados em toda a imprensa de Maringá e Região. Foram tomados os exames de corpo delito, foram feitos exames no I.M.L. e anexados a esse Ofício que foi entregue a O.A.B., todos os documentos necessários para que o inquérito ocorresse de forma correta. A O.A.B., visando a apuração dos fatos para depois sugerir as medidas a serem adotadas, opina pela adoção das seguintes providências preliminares: a expedição de Ofício à Procuradoria da Justiça do Estado do Paraná, encaminhando-se cópia do inteiro teor no contido desses autos, solicitando a determinação de abertura de inquérito policial perante a autoridade competente. A O.A.B. também pediu a expedição de Ofício ao Comando da Polícia Militar do Paraná, solicitando a abertura de inquérito administrativo para apuração dos fatos noticiados nesta representação, requisitando as informações acerca das medidas que já foram eventualmente adotadas.

Deputado Durval Amaral, agradecendo seu Aparte gostaria apenas de fazer uma colocação, que acho que cabe no momento em que a gente faz uma acusação de tortura. Primeiro, essa acusação de tortura não é a este Governo especificamente: a acusação de tortura se dá diretamente a corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e a toda a corporação chamada Polícia Militar do Estado do Paraná e a toda a corporação chamada Polícia Militar do Brasil, uma vez que a corporação é regida pelas normas de disciplina do Exército.

Temos um trabalho interessantíssimo com relação ao Regimento Disciplinar da Polícia Militar, entregue ao Comandante, na época o Coronel

Manguê - se não me engano - e o então Secretário Cândido Martins, com uma proposta de Regime disciplinar para a Polícia Militar do Paraná, trazendo todos os direitos constitucionais aos Policiais Militares através de Regimento, e também todas as obrigações legais para o cumprimento da efetiva função da Polícia Militar.

Como o Regimento Disciplinar enquadra a Polícia Militar numa questão de esfera nacional, mas os saldos de salário, toda a garantia de que a Polícia Militar trabalha é paga pelo Governo do Estado, fica um vácuo nesse meio, para exatamente saber quais são os poderes do Governador do Estado diante da Polícia Militar e quais são os poderes da União com relação a Polícia Militar.

Então, me parece que essa denúncia, vem entrar exatamente nessa discussão imediata. Ora! se as Polícias Militares do Paraná, mostraram toda a sua insatisfação com a forma que estão sendo geridos nos Estados; há poucos meses, através de uma rebelião quase que generalizada pelo país afora, é necessário que nós repensemos, se não dá para repensar a nível de União, pelo menos a nível de Estado do Paraná, um reenquadramento, uma recomposição da forma com que a PM é composta. Isso é possível Constitucionalmente, nós propomos isso nesse Regimento. Segundo, é necessário frisar que esses homens aqui foram acusados de formação de quadrilha na região de Maringá. É assim como todo o acusado por qualquer crime, eles têm que ser detidos, ou sofrerem uma investigação. Há sanções administrativas previstas em qualquer momento de tensão que existe, principalmente quando esses homens são responsáveis pela segurança. E se eles foram denunciados como formação de quadrilha, há medidas administrativas cabíveis, e que devem ser adotadas com o máximo de rigor, uma vez que eles eram acusados de formação de quadrilha. Daí, para o comando da Polícia Militar ou para pelo menos esses homens do Comando trazerem esses soldados para Curitiba, sem que haja uma formulação oficial a Justiça do Paraná, portanto, isso constitui crime de rapto, eles foram raptados das suas famílias, do seu ambiente de trabalho e foram trazidos para Curitiba, mantidos presos, sem que houvesse para isso uma ordem judicial expressa. Só isso já constituiria um abuso gravíssimo aos direitos humanos.

Independente de eles serem ou não formadores de quadrilhas, como havia então a acusação, e isso o inquérito policial e a justiça deveriam estabelecer, eles foram previamente julgados através da tortura, ou quem sabe, e aí o Comando da Polícia Militar tem que explicar isso. Mesmo que não se consiga provar a tortura, mesmo que hajam todas as dificuldades de comprovação desse fato, acontece que eles foram trazidos, raptados de Maringá para

Curitiba e ficaram nas celas, ali da nossa Prisão Provisória do Ahú, no Bairro do Ahú e foram torturados e acusam as pessoas que os torturaram pelo nome.

Então, é importante isso, porque ao trazer essa acusação, chamo a atenção que a forma mais fácil de defesa por parte do Comando, vai ser a que historicamente é adotado. - Olha, há aqui uma defesa de Bandido. - Eles não são bandidos; a acusação foi feita, e a pessoa só é culpada ou não do crime após a justiça ser efetuada. Segundo: eles não poderiam de forma alguma, por mais que houvessem as evidências que comprovassem qualquer ato, tirar desses policiais qualquer tipo de direito daqueles que são invioláveis pela Constituição.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Nerone, só para que eu possa entender. Quem foi trazido de Maringá para Curitiba e foram presos, são policiais militares?

O SR. EMERSON NERONE

São Policiais Militares, o policial Paulo Lucas, policial Adelino Gomes de Moraes, o policial Carlos Osmar Alves e o policial José Berto da Silva Filho. Eles foram transferidos de Maringá, trazidos algemados e em camburão até Curitiba, sem que ficasse registrado qualquer tipo de pedido. Não é administrativamente possível transferência, ainda mais sem qualquer tipo de autorização. Quer dizer, isso se constituiu claramente um rapto, e as famílias desses policiais foram informadas da sua remoção para o quartel de Curitiba e posteriormente a Prisão Provisória do Ahú, posteriormente a efetivação da transferência.

O Sr. Durval Amaral

Então Deputado, só para entender, veja só, venho aqui, o Deputado Tavares também que é advogado, mas acredito o seguinte: se eles eram Policiais Militares e cometeram qualquer tipo de infração, quero crer que estejam respondendo a um Inquérito Policial Militar, razão pela qual, devem ter sido trazidos de Maringá para Curitiba.

Quero dizer o seguinte: qualquer tipo de tortura é inaceitável, como cidadão, como Parlamentar e como cristão. Devemos pontuar para não cometermos nenhum tipo de generalização que possa denegrir uma corporação tão importante da Polícia Militar. Principalmente, nesse momento em que o índice de criminalidade assusta a sociedade paranaense e brasileira não podemos desprezar a força e a corporação da Polícia Militar que, com muita dignidade, a maioria de seus homens dão suas próprias vidas para preservar a vida do cidadão paranaense. A partir do momento que generalizamos a

corporação como torturadora, estamos deixando na vala comum homens e mulheres da Polícia Militar que desenvolvem seu trabalho com muita seriedade e a todo momento, com confronto com bandido, colocam suas vidas em risco.

Peço a Vossa Excelência que, se houve exagero por parte de alguém, ou de alguns policiais militares, venhamos nós apurar a responsabilidade. O comando da Polícia Militar vai apurar a responsabilidade. Agora, generalizar, não, em hipótese nenhuma. Com toda a franqueza do mundo, acredito que, se policiais militares foram trazidos de Maringá para Curitiba por superiores, com toda certeza, algo errado eles fizeram. Caso contrário, a P-2 não iria transferi-los de Maringá para Londrina, ainda mais algemados e mantê-los detidos respondendo inquérito policial militar.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE

Deputado Durval Amaral, já tinha adiantado esse tipo de resposta do Senhor. Eles são bandidos, são bandidos. São torturados porque são bandidos. Essa é a vala comum. Não generalizei aqui a Polícia Militar, mas disse que é uma prática que acontece. Nunca houve de fato investigações claras.

Os poucos casos de investigações são aqueles que haviam fitas gravadas. Agora, o que acontece nos bastidores da Polícia Militar dificilmente vem à público. Essa denúncia vem aumentar o respeito que temos com relação a Polícia Militar do Paraná. São quatro soldados da Polícia Militar que dizem o seguinte: "nós Soldados, nós Cabos, nós Sargentos, nós que fazemos parte da corporação, daqueles que são tipos como inferiores da corporação, às vezes, torturados, removidos de nossas famílias, sem prévia consulta, queremos que o Governo do Estado dê um basta a essa situação". Há milhares de policiais militares esperando uma resposta dura do comando em relação a isso. Nós tivemos na cidade de Londrina, com a presença do Prefeito Antonio Belinati, uma reunião com a Associação de Mulheres, Cabos e Soldados do Paraná inteiro, onde havia como que um clamor daqueles Cabos, Sargentos e Soldados do Paraná inteiro, onde havia como que um clamor daqueles Cabos, Sargentos e de algumas pessoas do comando, para que houvesse, de fato, uma investigação nesse caso. Se há dezenas de denúncias contra a Polícia Militar do Paraná, ou se há dezenas de denúncias contra determinados homens, como é o caso desse Major Neves, é necessário uma investigação profunda. Aí sim, sob a pena de cairmos numa generalização indiscriminada.

Concedo um aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares

Gostaria de dizer a V.Exa. e agradecer ao Deputado Presidente, Luiz Carlos Martins, dizer que além de sermos escravos do relógio, somos escravos do Regimento e por conta do Regimento eu gostaria de pedir a V.Exa. que formalizasse essa denúncia à Comissão de Direitos Humanos, para que pudéssemos tomar as providências, com base no que V.Exa. aqui traz e com base no apelo que me fez o Líder do Governo.

O SR. EMERSON NERONE

Muito obrigado, Deputado José Tavares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Obrigado, Presidente, pelo tempo cedido e entendemos com profunda tristeza que trazemos essa denúncia quanto à tortura dentro dos Quadros da Polícia Militar e que na conclusão do Deputado Durval Amaral de que esses homens provavelmente teriam sido bandidos ou que fizeram coisas e que seria mais fácil apurar, gostaria que...

O SR. DURVAL AMARAL

Não disse isso. Falei que era contra qualquer tipo de tortura. O senhor é leviano e mentiroso.

O SR. EMERSON NERONE

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. SÉRGIO SPADA

(Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Gostaria de registrar a presença em Plenário dos Vereadores Samek, e Vereador de Foz do Iguaçu, Adilson da Silva. Prazer recebê-los.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

O Deputado Sâmis da Silva também se associa a essa manifestação.

Horário das Lideranças.

PL. PPB. Liderança do Governo.

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, quero registrar que estou com a documentação de requerimento feitos pelo Deputado Romanelli, sobre o Programa do "Anel de Integração", Lotes 1, 2, 3, 4 e 5. Vou fazer a entrega ao Deputado Romanelli e também a entrega de material ao Deputado Péricles Mello e ao Deputado

Florisvaldo Fier - Pedido de Informações à Secretaria de Finanças.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 025/98, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando do licença para ausentar-se do país no período de 11 à 19 do corrente mês, sem ônus para este Poder, quando estarei integrando Comitativa chefiada pelo vice-Presidente da República, Sr. Marco Maciel, que participará de audiência com Sua Santidade, o Papa João Paulo II. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputado Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni e José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 845, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, para logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 012/97, proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Joel Coimbra e outros, que objetiva modificar a redação do Art. 103, Inciso III, Alínea "P", da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo alíneas Q, R, S, T, U, V e X, para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes na forma que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.**

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões da Proposição nº 012/97.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/96 de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 11.260/95, que cria o Município de Bom Jesus do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 420/96.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Convivência de Idosos e 3ª Idade - CONCCITI, com sede e foro em Foz do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/97, de autoria do Deputado Ademir Traiano, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/98, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos de Arte de Londrina, com sede e foro em Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno "Frederico Ozanam", com sede e foro em Guarapuava. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 112/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece normas e diretrizes para a cooperação do Estado do Paraná na Constituição e Implantação do Consórcio Intermunicipal e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 16.04.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 112/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo estabelecer normas e diretrizes para a cooperação e implantação do consórcio intermunicipal.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, apresentamos parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 112/98

EMENDA MODIFICATIVA

O § 6º do art. 1º, passará a vigorar com a seguinte redação, substituindo a expressão "equipar-se-á" por "equiparar-se-á".

"§ 6º - Equiparar-se-á ao Consórcio Intermunicipal a Associação dos Municípios que atenda às finalidades deste e preencha os requisitos para reconhecimento do mesmo pelo Estado, nos termos da lei.

Sala das Comissões, em 12.05.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/98, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos Sempre Unidos de Novo Sarandi, com sede e foro no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 152/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Idosos Sempre Unidos de Novo Sarandi, com sede e foro no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 12.05.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José da Boa Vista, com sede e foro no Município de São José da Boa Vista. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A.S. nº 53, de 06.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 154/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José da Boa Vista, com sede e foro no Município de São José da Boa Vista.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 154/98 EMENDA ADITIVA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José da Boa Vista, com sede e foro à Rua Leopoldo José Barbosa, nº 336, em São José da Boa Vista, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.05.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jordão, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.98)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 159/98 EMENDA ADITIVA

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jordão, no Município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.05.98
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 159/98

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jordão, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Comissões, em 12.05.09

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sobre a mesa, Requerimento nº 811, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 825, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 826 e 827, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 829, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 835, 836 e 861, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 860, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 837, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 840, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 841, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 842 a 844 e 846 a 848, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 849 e 850, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 851, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 854, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 855, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 856 e 857, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 858 e 859, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 862, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 863, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 867, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 868, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 869 e 870, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 871, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 873, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Carlos Simões, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 675, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Quando protocolamos este requerimento o Líder do Governo pediu, em acordo que entramos, que fosse adiada a discussão e neste momento retiramos o requerimento porque tudo que foi solicitado já foi atendido pela Liderança do Governo, Deputado Valdir Rossoni, a quem agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 133 e 134/98 e 265/97.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar
nº 357/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/98

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar
nº 112/98

Levanta-se a sessão.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 152, 154 e
159/98
